

Universidade Federal de Pelotas  
Instituto de Ciências Humanas  
Departamento de Museologia, Conservação e Restauro  
Curso de Bacharelado em Museologia



Trabalho de Conclusão de Curso

**A Representação do Negro nos Museus de Pelotas (RS):  
Entre os Integrantes do Clube Cultural Fica Ahí Pra Ir Dizendo**

Patrícia Fernandes Mathias Morales

Pelotas, 2015

PATRÍCIA FERNANDES MATHIAS MORALES

**A Representação do Negro nos Museus de Pelotas (RS):  
Entre os Integrantes do Clube Cultural Fica Ahí Pra Ir Dizendo**

Trabalho monográfico apresentado no  
Curso de Bacharelado em Museologia da  
Universidade Federal de Pelotas, como  
requisito parcial à obtenção do título de  
Bacharel em Museologia.

Orientadora: Dra. Rosane Aparecida Rubert

Co-orientadora: Ms. Noris Mara Pacheco Martins Leal

Pelotas, 2015

**Banca examinadora:**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Gabriela Ramos Figurelli

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rosane Aparecida Rubert (Orientadora)

Dedico este trabalho em memória aos meus avós Alberto Monçon Fernandes e Ivaema Soares Fernandes, pelo amor, carinho e incentivo dedicados aos filhos, netos e bisnetos.

## Agradecimentos

À Deus, familiares e aos amigos espirituais pelo incentivo, amor, e por estarem sempre ao meu lado, para à concretização de realizar este grande sonho.

À Universidade Federal de Pelotas e ao Curso Bacharelado em Museologia.

À minha orientadora Rosane A. Rubert, pela confiança e incentivo, e pelo carinho a mim dedicado ao longo da minha graduação. A palavra obrigada, é muito pouco, por tudo que fizeste por mim.

À professora Noris Leal, por ter aceitado o convite para ser minha co-orientadora, pelo carinho e incentivo, muito obrigada.

À professora Gabriela Ramos Figuerelli, por ter aceitado participar da minha banca, pelo carinho ao trabalho.

A todos os entrevistados do Clube Cultural Fica Ahí, e os responsáveis técnicos das instituições pesquisadas.

A todos os professores, pela dedicação, incentivos dedicados a mim e aos meus colegas.

Ao professor Diego Ribeiro, pelo carinho e suas palavras de incentivo.

A todos os colegas da minha turma, em especial: Daiane, Simone, Bettina, Juliana, Marlene, Marcos, Mario, Nelson, Bruna, Caroline, João Pedro.

A amizade e pelo companheirismo da Daiane Insaurriga, nestes quatro anos, e por compartilharmos nossos sonhos sempre juntas.

Ao Museu do Doce e toda a sua equipe pelo estágio maravilhoso, onde pude colocar em prática as teorias aprendidas nas aulas.

À Diretora do Museu do Doce Noris Leal e ao Museólogo do Museu Matheus Cruz, pelo carinho, agradeço a oportunidade de fazer parte dessa família.

Agradeço pelo companheirismo, amizade e conversas divertidas: Shana, Isabela, Rochele, Aline, Lauro, Kevín, Renan, Heron, Daiane, Juliana, Bettina, Fernanda e a todos os funcionários(as) do Museu do Doce.

A amizade e conversas descontraídas: Sheila, Tainã, Adilson, Estefani, Andreia, Anderson, Tatiana, Rafael, Franciele, Ana, Lauro, Janaina Mattos, Solange, João Pedro.

Agradeço pelo carinho, amizade e incentivo de Vera Fipke, Tais Fipke, Tatisa Almeida e Lilian Pereira, muito obrigada.

Ao meu filho Luiz Alberto e marido Flávio, grandes incentivadores para que eu nunca desistisse dos meus sonhos.

Aos meus tios(as), primos(as) pelo incentivo, amor e pelo carinho. Em especial a minha tia Jocelym Ribeiro, que sempre me ajudou e estava comigo no momento tão especial para mim.

Às minhas tias avós, Iná, Inês e Nely, pelo imenso amor, carinho e incentivo.

Aos meus Irmãos, Simone, Leonardo, Ricardo, Rafael, Otávio e Tamires, pelo imenso amor, pelas risadas e por estar sempre presente em minha vida.

A todos os meus sobrinhos, pelo amor, carinho e o respeito.

Em especial a minha mãe Miriam Helen, meu exemplo, que sempre esteve ao meu lado me incentivando, e muitas vezes me pegando no colo. Obrigada por todo amor, dedicação e carinho.

Encontrei minhas origens  
Em velhos arquivos,  
Livros

Encontrei  
Em malditos objetos  
Troncos e grilhetas

Encontrei minhas origens  
No Leste  
No mar em imundos tumbeiros

Encontrei  
Em doces palavras  
Cantos

Em furiosos tambores  
Ritos

Encontrei minhas origens  
Na cor de minha pele  
Nos lanhos de minha alma

Em mim  
Em minha gente escura  
Em meus heróis altivos

Encontrei  
Encontrei-as enfim  
Me encontrei.

(Oliveira Silveira)

## **Resumo**

MORALES, Patrícia Fernandes Mathias. **A Representação do Negro nos Museus de Pelotas (RS): Entre os Integrantes do Clube Cultural Fica Ahí Pra Ir Dizendo** 2015. f. 84. Monografia, Bacharelado em Museologia, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, RS.

Pelotas foi construída pela mão de obra de trabalhadores escravizados negros, presentes nas charqueadas e no perímetro urbano. Este projeto se propõe a analisar a presença negra nos museus Parque da Baronesa, Biblioteca Pública Pelotense e na Charqueada São João. O objetivo é colaborar na valorização de uma etnia que tanto contribuiu para a formação econômica, social e política da cidade de Pelotas e do Estado do RS.

**Palavras-chave:** Museus, Patrimônio, Memória, Identidade Negra



## Lista de Figuras

Figura 1	Prédio da Biblioteca Pública Pelotense.....	39
Figura 2	Museu da Biblioteca Pública Pelotense.....	41
Figura 3	Exposição permanente do Museu da Biblioteca Pública Pelotense.....	43
Figura 4	Exposição permanente do Museu da Biblioteca Pública.....	44
Figura 5	Charqueada São João.....	45
Figura 6	Exposição permanente na Charqueada São João.....	47
Figura 7	Exposição permanente na Charqueada São João.....	47
Figura 8	Exposição permanente na Charqueada São João.....	48
Figura 9	Exposição permanente na Charqueada São João.....	49
Figura 10	Prédio do Museu Municipal Parque da Baronesa.....	51
Figura 11	Exposição permanente do Museu da Baronesa.....	55
Figura 12	Exposição permanente do Museu da Baronesa.....	56

## Sumário

<b>Introdução.....</b>	<b>11</b>
<b>Capítulo 1: Ações afirmativas, políticas de reconhecimento e museus....</b>	<b>18</b>
1.1 Memória, identidade e patrimônio.....	18
1.2 As redefinições do conceito de patrimônio.....	21
1.3 As ações afirmativas e os museus.....	26
<b>Capítulo 2: A presença negra na cidade de Pelotas e os museus.....</b>	<b>34</b>
2.1: A presença negra na cidade.....	34
2.2: Os museus pesquisados.....	38
2.2.1 Museu da Biblioteca Pública Pelotense.....	39
2.2.2 Charqueada São João e o Museu.....	45
2.2.3 Museu Municipal Parque da Baronesa.....	51
<b>Capítulo 3: O Clube Cultural Fica AhiPra Ir Dizendo.....</b>	<b>58</b>
3.1 As percepções de integrantes do Clube Cultural Fica Ahi sobre o Museu da Baronesa.....	60
3.2 A proposta de um centro de cultura afro-brasileira.....	66
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>72</b>
<b>Referências.....</b>	<b>75</b>
<b>Apêndices.....</b>	<b>81</b>

## **Introdução**

Como afrodescendente sempre questioneei a forma que a história da etnia negra era contada nos livros de ensino fundamental/médio, pois as histórias que eram contadas a partir da memória da minha avó e das minhas tias avós eram bem diferentes daquelas do colégio. Portanto, cresci com esse conflito dentro de mim. Quando comecei a vida acadêmica foi quando entendi que a história tem várias versões. Falar sobre este problema de pesquisa é, ao mesmo tempo, emocionante e dolorido para mim, pois não estou falando só de um grupo da sociedade que é excluído e que sofre preconceito, também estou relembando a minha infância, e a minha trajetória de vida.

Como estudante de Museologia, comecei a notar como os negros são representados nos museus da cidade, pois a luta contra o sistema da escravidão não está colocada nesses museus, comecei a estudar mais sobre o tema, fiz leituras que até então eram desconhecidas para mim.

A participação como bolsista e voluntária em alguns projetos me proporcionou várias experiências, que contribuíram para o meu amadurecimento intelectual e também para o desenvolvimento acadêmico e permitindo desenvolver uma percepção para o patrimônio imaterial de matriz africana que existe na cidade e região.

A participação no Projeto de Pesquisa “Territórios negros na região central e nas antigas charqueadas do RS: fluxos de memórias e fronteiras étnicas em uma perspectiva comparativa”, em 2012, reforçou mais o meu desejo de escrever e fazer pesquisa sobre este tema. Como cidadã pelotense, não me sinto representada nestes museus, já que através da mão-de-obra dos meus antepassados, a cidade se tornou próspera. Não existem ambientes expográficos que contem esta história, só é mencionada nos museus quando há um interesse por parte do visitante, se não, passa despercebida.

Este trabalho significa muito para mim, é a realização de um sonho que se concretiza. Esta pesquisa foi uma forma de contribuir com a luta dos meus

antepassados, por reconhecimento e por direitos iguais, isso fez com que eu nunca desistisse de realizar os meus sonhos. Por mais que essa pesquisa seja iniciante, ela não deixa de questionar “[...] as marcas atribuídas aos afro-brasileiros como naturais e permanentes” (ZUBARAN, MACHADO, 2013, p. 101). O museu tem o poder de incluir ou excluir indivíduos ou grupos étnicos que contribuíram para o desenvolvimento de uma cidade ou região. Portanto, devemos ter muito cuidado na forma de representar o outro.

Do ponto de vista acadêmico, este trabalho é uma forma de contribuir para a promoção de exposições e ações que auxiliem na construção de uma identidade positiva da população negra pelotense. O objetivo desse projeto é contribuir para a promoção, nos museus de Pelotas, do reconhecimento, preservação e valorização da história e da memória dos segmentos negros, em razão da grande importância que tiveram na formação do município. Observo que nas instituições museais da cidade de Pelotas, falta ainda uma sensibilidade com o tema.

Esta pesquisa é relevante para a Museologia se considerarmos esta como uma “[...] disciplina científica em vias de formação, cujo objeto é o **estudo da relação homem-realidade e isto em todos os contextos nos quais esta se manifestou** e se manifesta concretamente” (RÚSSIO, 1989, p. 10). O passado de Pelotas é formado pela realidade da escravidão de africanos(as) e seus descendentes, assim como pelas realizações deste segmento, devendo então ser abordado pela Museologia.

O museu é um dos lugares de produção da memória, da identificação do cidadão com a história nacional. O silenciamento da presença negra, nos diversos períodos históricos, é notável nesses museus da cidade de Pelotas. Imbuídos de uma perspectiva evolucionista e acreditando numa inevitável aculturação, percebemos o papel destinado ao negro nesta representação. Aliado a uma “negação de sua ação como sujeito histórico”, o negro é apresentado como o “elemento puro, primitivo, ingênuo, que passa por um processo de melhoramento a partir da miscigenação” (OLIVEIRA, 2009, p. 75).

Por representação, entendo que...

Nas instituições museais, a representação pode ser entendida como a ideia que se tem de alguém, de um fato ou de alguma coisa. Nos

museus, representar significa dizer de determinado tema, pessoa ou objeto com propriedade tal que parece irrelevante inferir que a representação é uma interpretação, plausível, **mas, não necessariamente, a única cabível.** (BARBOSA, 2012, p. 29). (Grifo nosso)

Este trabalho está fundamentado em um exercício de pesquisa em três espaços expográficos da cidade: o Museu da Baronesa, o Museu da Biblioteca Pública de Pelotas e a Charquada São João. Outro Objetivo é mapear qual o espaço dedicado à presença negra nestes espaços. Num segundo momento, em razão do meu envolvimento em um projeto de extensão no Clube Cultural Fica Ahí, um clube negro da cidade, procurei compreender a percepção de algumas pessoas vinculadas a ele sobre o Museu da Baronesa. Outro objetivo explorar um pouco, também, as potencialidades do Clube Fica Ahí para a criação de um Centro de Cultura Afro-brasileira.

A escolha dos dois museus e da Charquada, se deu pela importância que possuem na cidade, e pela sua localização. No Museu da Biblioteca Pública Pelotense, a escolha da pesquisa foi pela sua localização no centro da cidade. O público é constante, sendo que neste museu o ambiente expográfico também retrata a história do negro na cidade. Portanto, fui até a instituição com uma carta de apresentação do trabalho, para obter autorização para entrevista e visitar o museu e reserva técnica. Foi feita uma entrevista com o responsável técnico do museu, logo após uma visita até o Museu que fica no porão da Biblioteca, para analisar o ambiente expográfico.

No Museu Parque da Baronesa, telefonei para pedir autorização para entrevistar as museólogas da instituição, no dia da entrevista, levei a carta de apresentação. A escolha desse museu foi em razão da grande frequência que tem, o parque praticamente é usado todos os dias por moradores da cidade.

Na Charquada São João, levei a carta de apresentação para autorização da pesquisa, a pessoa que me atendeu levou a carta para o responsável da propriedade, para o mesmo autorizar. A escolha de fazer a pesquisa no casarão, é por que na época das Charquadas a escravidão foi muito intensa, o trabalho era sustentado por uma grande quantidade de escravos(as) que trabalhavam em condições desumanas.

A metodologia utilizada foi composta por entrevistas semiestruturadas, porque por meio delas os entrevistados podem exprimir o seu ponto de vista

sobre o tema da pesquisa. Nesse método de entrevista o pesquisador está mais livre para ir além do roteiro. A escolha de trabalhar com a entrevista, é pela riqueza de detalhes que esta pode captar no diálogo com os entrevistados (GASKELL, 2002; MAY, 2004).

A escolha em envolver pessoas vinculadas ao Cube Fica Ahí na pesquisa ocorreu porque desde o primeiro semestre de 2014, na condição de bolsista, participei do Projeto de Extensão “Assessoria ao Fica Ahí Pra Ir Dizendo no seu processo de transformação em Centro de Cultura Afro-brasileira”, coordenado pela Professora Rosane A. Rubert. Atualmente, continuo a participar dele como voluntária. O projeto tem por finalidade auxiliar na formação de um local de referência da memória e cultura negra na cidade. Outro objetivo do projeto é assessoria nos projetos encaminhados aos órgãos públicos para conquista de verba que viabilizem a infraestrutura do Centro de Cultura Afro-brasileira (RUBERT, 2010).

Portanto o contato com o acervo deste Clube Social Negro, até então desconhecido para mim, fez com que eu percebesse a sua importância para a comunidade negra e para a cidade. O propósito de inventariar e organizar este acervo para que futuramente seja de acesso dos associados e de toda a comunidade em geral. Embora não esteja nos projetos do Clube se transformar em um museu, considero que está trabalhando com alguns bens culturais que estão recebendo o tratamento de musealização.

A minha intenção era observar e registrar as percepções de afrodescendentes sobre algum Museu, e escolhi pessoas vinculadas ao Clube em razão da minha proximidade com eles.

A metodologia usada foi entrevistas individuais e em grupos com integrantes do Clube Fica Ahí, com algumas perguntas fechadas (idade, escolaridade, etc.) e outras questões em que os(as) entrevistados(as) exprimiram seu ponto de vista sobre as questões colocadas: se eles se sentem ou não representados nos Museus da Cidade e qual o grau de conhecimento que tem do Centro de Cultura que está sendo desenvolvida no Clube.

Foram também realizadas entrevista com responsáveis técnicos dos três museus, sobre como vem sendo tratada a história e a cultura negra nestes espaços museológicos. No Museu da Biblioteca Pública e na Charqueada São

João foram realizadas entrevistas individuais com os respectivos responsáveis, já no Museu da Baronesa, foi realizada entrevista em grupo, porque neste museu tem duas museólogas que responderam as questões em conjunto.

Quando fui propor a entrevista para algumas pessoas vinculadas ao Clube sobre como se sentiam representados nos Museus da cidade, me dei conta do distanciamento deles destes espaços. Os membros do Clube Fica Ahí foram convidados, então, a visitar o Museu da Baronesa por que muitos haviam ido há muito tempo, ou outros nunca tinham visitado. Portanto, foram realizadas duas visitas ao Museu: na primeira fui acompanhada de dois integrantes do Clube; na segunda, com quatro integrantes do clube. Depois das visitas marquei para fazer as entrevistas no Clube, individualmente. Mas duas pessoas – Estela e Maria Teresa – fiz a entrevista em conjunto ainda no Parque da Baronesa.

Os integrantes do Clube Fica Ahí, que visitaram a exposição permanente do Museu da Baronesa para emitirem suas opiniões foram:

- Raul Borges Ferreira: possui segundo grau completo, com idade de 71 anos, sendo que há dez anos é presidente do Clube.

- Cátia Grimmmler: possui ensino superior completo, com 30 anos, sendo sócia do Clube desde novembro de 2014.

- Maria Tereza Barbosa: professora aposentada, com idade de 62 anos, sendo sócia desde a adolescência e hoje é parte da Diretoria Social do Clube.

- Estela Rodrigues: possui segundo grau incompleto, com idade de 59 anos, é esposa do presidente do Conselho do Clube.

- Bianca Mendes de Ávila: possui formação técnica, com 30 anos, sendo secretária do Clube e Coordenadora do Ponto de Cultura.

- Letícia Machado: possui ensino superior completo, com idade de 34 anos, sendo sócia remida, e hoje ajuda no Ponto de Cultura voluntariamente.

Inicialmente a proposta era entrevistar 20 pessoas vinculadas ao Clube, mas isso não foi possível por duas razões: em razão do Clube estar, no período da pesquisa, em negociações com o Corpo de Bombeiros para a reabertura da sede para o desenvolvimento das atividades sociais, muitos associados estavam afastados, dificultando o contato com eles. A segunda razão foi curto período disponível para a realização da pesquisa e a dificuldade

de conciliar os horários dos distintos possíveis entrevistados para a realização das visitas ao Museu.

Além disso, cumpre lembrar que os critérios utilizados para o estabelecimento de amostras estatísticas das entrevistas quantitativas não são adequados para a seleção dos entrevistados de pesquisas qualitativas, pois as duas metodologias de pesquisa têm finalidades diversas: “A finalidade real da pesquisa qualitativa não é contar opiniões ou pessoas, ao contrário, explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão” (GASKELL, 2002, p.68). O curto período para a realização da pesquisa, as dificuldades para a realização dos deslocamentos até o local e os custos das visitas orientadas, levaram a descartar visitas dos integrantes do Clube Fica Ahí à Charqueada São João. Como o Museu da Biblioteca Pública Pelotense estava fechado para o público, também não foi possível levar os integrantes do Clube para uma visita orientada.

Os conceitos de patrimônio, memória e identidade ajudaram na elaboração da pesquisa. Eles serão explicitados no decorrer do trabalho. Os museus salvaguardam a história de nosso passado e de nosso presente a partir de um espaço simbólico de ação social e cultural. Portanto toda a luta e resistência dos negros escravizados(as) em solo brasileiro devem estar representados nos museus e seus ambientes expográficos. Geralmente a presença negra é representada fazendo menção apenas à situação de escravidão a que foram submetidos os africanos(as) escravizados(as) no Brasil.

De acordo com inúmeras pesquisas (historiográficas, antropológicas, etc.) sobre a escravidão negra e a inserção de afrodescendentes no pós-abolição, os segmentos negros tiveram seus direitos negados por um bom período da história. Por isso vejo a necessidade de uma sensibilidade das instituições culturais e museus para que haja uma representação mais positiva dos afrodescendentes.

O trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro capítulo é mais conceitual, nele aborda-se o tema das ações afirmativas e das políticas de reconhecimento nos museus. O segundo capítulo é dedicado à presença negra na cidade de Pelotas, e como essa presença está sendo representada nos



museus da cidade; nele apresento um breve histórico dos museus pesquisados, incluindo as entrevistas feitas em cada uma das instituições. Por fim, no terceiro e último capítulo apresento a percepção dos afrodescendentes sobre a exposição permanente no Museu da Baronesa, abordando na sequência a proposta de criação de um Centro de Cultura Afro-brasileira no Clube Cultural Fica Ahí Pra Ir Dizendo.

## **Capítulo 1 – Ações afirmativas, políticas de reconhecimento e museus**

### **1.1 Memória, identidade e patrimônio**

Os conceitos de memória e identidade adotados neste trabalho são abordados como uma construção social, articulados com a ideia de diversidade cultural (ZUBARAN, MACHADO, 2013). No entanto, através das ações afirmativas vêm se rediscutindo o conceito de memória e identidade dos segmentos afrodescendentes no Brasil. A memória coletiva de um determinado grupo é formada por lembranças que são consideradas significativas para seus membros, que dizem respeito a acontecimentos que não necessariamente foram vivenciados diretamente por estas pessoas. Pollak (1999), vai dizer que a memória coletiva é formada por três elementos que são: “acontecimentos, personagens e lugares”. Alguns destes acontecimentos e personagens lembrados não fizeram parte da trajetória individual de quem transmite as lembranças, mas com eles se identifica porque lhe foram transmitidos por serem marcantes e importantes para o grupo.

A identidade e a memória dependem de um contexto relacional e social que está em uma constante transformação.

A identidade social de um indivíduo se caracteriza pelo conjunto de suas vinculações em um sistema social: vinculação a uma classe sexual, a uma classe de idade, a uma classe social, a uma nação, etc. A identidade permite que o indivíduo se localize em um sistema social e seja localizado socialmente. A identidade social é inclusiva e excludente, no sentido de que identifica ao mesmo tempo que distingue um grupo de outros grupos (CUCHE, 1999, p. 177).

Sobre o conceito de memória, Pollak (1992) afirma que existem dois tipos de memória a coletiva e a individual. A memória coletiva diz respeito a grupos que compartilham o mesmo conjunto de lembrança dos eventos e das experiências que dizem respeito à maioria dos membros. A lembrança é sempre fruto de um processo seletivo e está sempre inserida num contexto social.

O Estado-Nação é um produto cultural ocidental que surgiu no final do século XVIII e buscou se consolidar enquanto unidade social hegemônica integradora de várias partes (regiões e grupos diversos nele existentes). O

Estado moderno tende à mono-identificação, ou seja, define sempre uma identidade de referência, considerada a única verdadeiramente legítima. Através da instauração de regulamentos e controles (cantar o hino, designar uma língua oficial, carteira de identidade), a ideologia nacional parte sempre para um movimento de exclusão das diferenças culturais, na tentativa de fundi-las em um único padrão. Esta mono-identificação invoca antigas tradições reais ou inventadas para demarcar as fronteiras simbólicas, ou seja, para definir o que faz parte e o que não faz parte do Estado-Nação. A memória nacional se constitui em uma ideologia, pois é imposta universalmente e é elaborada a partir de uma reinterpretação da cultura popular e não de um simples prolongamento de valores e elementos populares para uma dimensão mais ampla (CUCHE, 1999).

Identidade nacional é, portanto, uma identidade pouco flexível, uma vez que não coloca no seu horizonte a perspectiva de fusão com outras coletividades. A definição desta dimensão da nossa identidade social, mais que qualquer outra é atravessada por relações de poder, por disputas travadas entre distintos grupos sociais que buscam impor imagens, valores e projetos definidores de “quem somos nós” (POLLAK, 1992).

Por muito tempo, o Estado reforçou leituras em que predominaram as representações sobre o período escravista nos livros didáticos, fixando uma visão homogênea sobre o negro, negligenciando a diversidade cultural das etnias africanas e suas diversas práticas culturais (SANTOS, 2011). O Estado-nação, por um longo período da história, esqueceu ou simplesmente ignorou estes grupos na sociedade, havendo a recorrência de representações genéricas sobre os negros, sempre como escravo, visto pelo olhar do outro nas instituições museais. A identidade, portanto, depende do posicionamento social, que pode ser responsável pela inclusão ou exclusão dos diversos grupos em um sistema de relações (POLLAK, 1999). Segundo Denys Cuche,

Em uma situação de dominação caracterizada, a hetero-identidade ou exo-identidade se traduz pela estigmatização dos grupos minoritários. Ela leva frequentemente neste caso ao que chamamos de uma “identidade negativa”. Definidos como diferentes em relação à referência que os majoritários constituem, os minoritários reconhecem para si apenas uma diferença negativa. Também pode-se ver entre eles o desenvolvimento dos fenômenos de desprezo por si mesmos. Estes fenômenos são frequentes entre os dominados e são ligados à

aceitação e à interiorização de uma imagem de si mesmos construída pelos outros. A identidade negativa aparece então como uma identidade vergonhosa e rejeitada em maior ou menor grau, o que se traduzirá muitas vezes como uma tentativa para eliminar, na medida do possível, os sinais exteriores da diferença negativa (CUCHE, 1999, p. 185).

Segundo Cuche (1999, p.181-183), na construção da identidade, “[...] o importante são as representações que os indivíduos fazem da realidade social e de suas divisões”. A identidade se constrói no contexto social do indivíduo, e também a partir das representação e escolhas e se reconstrói constantemente no decorrer da vida social.

A construção da identidade se faz no interior de contextos sociais que determinam a posição dos agentes e por isso mesmo orientam suas representações e suas escolhas. (...) Deve-se considerar que a identidade se constrói e se reconstrói constantemente no interior das trocas sociais (CUCHE, 1999, p. 181-183).

Muitas vezes quando recorremos aos livros didáticos distribuídos pelo Estado, para as instituições de ensino fundamental e médio, nos deparamos com a história da abolição da escravatura, como estratégia do estado, segundo a qual os grandes abolicionistas são cidadãos brancos, visibilizando esse grupo e ocultando os abolicionistas negros (SANTOS 2011, ZUBARAN, MACHADO, 2013). Portanto este comportamento faz com que a identidade e a memória deste grupo, sejam colocadas na invisibilidade. Nogueira (2008), vai argumenta que o...

Silêncio, esquecimento e omissão são explícitos quanto à condição de sujeitos históricos de índios e negros, principalmente quando uma análise mais detida foca currículos escolares, festas cívicas e livros didáticos (NOGUEIRA, 2008, p. 238).

Segundo os pesquisadores Laedna Nunes Santos, Elizabete Mendonça e Wellington Bonfim, as escolas ainda têm muitas dificuldades de trabalhar à aplicação da Lei Federal 10.639/03<sup>1</sup>. Há também uma “carência de materiais didáticos sobre esses temas” (2011, p. 42), observo que há também uma falta de interesse para a fiscalização da lei. Portanto, Sales Augusto dos Santos (2005, p. 22) “[...] aponta para a grande responsabilidade da escola na

---

<sup>1</sup>Esta lei determina no seu artigo 26-A que nos estabelecimentos públicos ou privados, torne-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar de todos os níveis de formação.

perpetuação das desigualdades”. Nesta perspectiva propõem uma reeducação, para o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural, as discussões sobre as políticas de reconhecimento, voltadas para a valorização da memória, da identidade, a cultura, e a história dos negros brasileiros.

A identidade nacional, no Brasil, passou por mudanças significativas nos últimos anos, contemplando melhor a diversidade cultural e a presença dos afrodescendentes como importante segmento formador da nação. Desde o período pós-abolição, militantes do movimento social negro lutam por direitos e para reverter o conceito negativo de ser negro, buscando a construção de uma nova identidade negra, mais positivada com um referencial na ancestralidade africana.

A criação da Fundação Cultural Palmares, após a Constituição de 1988, o reconhecimento formal pelo governo brasileiro sobre a existência do racismo, a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial são exemplos disso. Tanto a Fundação como a Secretaria se empenham em promover ações afirmativas de reconhecimento, para a preservação da memória e identidade dos segmentos ditos minoritários. Hoje se reconhece não são minorias no País. No âmbito das instituições museais, a eclosão dos movimentos sociais negros no Brasil a partir de meados da década de 1970, com a redemocratização do país, começa a influenciar nessa nova afirmação das identidades negras, também incluem a luta por novas políticas de representação. De lá para cá, foram criados novos museus afro-brasileiros, fazendo com que essa identidade e memória negra sejam contadas por esse grupo étnico-racial, para si mesmo e também para a sociedade mais ampla.

## **1.2 As redefinições do conceito de patrimônio**

No Brasil, a temática do Patrimônio se expressa como preocupação com a salvaguarda dos vestígios do passado da nação, e, mais especificamente, com a proteção de monumento e objetos de valor histórico e artístico considerados politicamente relevantes, implicando o envolvimento do Estado. As primeiras providências concretas começaram a aflorar em 1920, a partir de

denúncias de intelectuais sobre o abandono das cidades históricas e sobre a dilapidação do que seria um tesouro da nação, perda irreparável para as gerações futuras, pelo qual o Estado seria chamado a responder. A Semana de Arte Moderna de 1922 foi, de certo modo, muito importante para a elaboração de novas ideias e também a busca por uma identidade própria. Intelectuais ligados ao movimento modernista foram os responsáveis pela primeira iniciativa de preservação do patrimônio cultural no Brasil, entre os quais se destaca Mario de Andrade. Mario de Andrade se destacou ao apresentar projetos de lei de defesa do patrimônio artístico nacional, que não vingaram. Estes projetos tinham como objetivo uma concepção de patrimônio ampla e plural, que procurava abarcar todas as manifestações do povo brasileiro (FONSECA, 2005, PELEGRINE, 2008, FUNARI, 2008).

Em 1936, foi constituído o principal órgão de proteção ao patrimônio, a SPHAN (Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), hoje IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Este deveria se incumbir da preservação do patrimônio nacional, compreendendo os bens arqueológicos e edificações arquitetônicas e artísticas. Posteriormente, assinado por Getúlio Vargas, em 30 de novembro de 1937, foi promulgado o Decreto-Lei nº 25, que organiza a “proteção do patrimônio histórico e artístico nacional”. A concepção de patrimônio do Decreto-Lei nº 25 privilegiava determinadas expressões culturais de classe ou grupo social como tradição elitizada, deixando de lado a contribuição e produções dos afrodescendentes. Segundo Nogueira (2008, p. 241), alguns “bens significativos não foram preservados por não se encaixarem na categoria de patrimônio, são eles: as senzalas, os quilombos e os terreiros, as primeiras fábricas, os cortiços e as vilas operárias”.

No final da década de 1970, Aloísio Magalhães questionou a ideia de preservação do patrimônio arquitetônico como “pedra e cal” trazendo à tona a noção de patrimônio que busca abarcar todos os grupos formadores da nação, incluindo os afrodescendentes, reforçando seu valor cultural (FONSECA, 2005). Estas novas ideias de patrimônio cultural coincidem com o surgimento dos movimentos sociais negros no processo de redemocratização, buscando valorizar a memória e identidade desse grupo. Segundo Nogueira (2008), neste sentido o conceito de patrimônio passa a ser visto...

(...) **como importante testemunho das temporalidades que compõem as múltiplas experiências vividas, individual ou coletivamente**; portanto, campo privilegiado na reelaboração das novas identidades coletivas e instrumento fundamental para o reconhecimento dos grupos sociais que as constroem (grifo nosso) (NOGUEIRA, 2008, p. 242).

Aloísio Magalhães criou o Centro Nacional de Referências Culturais e a Fundação Nacional Pró-Memória, adotando uma perspectiva mais culturalista do patrimônio. Portanto, formou um grupo de colaboradores que não concordavam com o conceito de patrimônio elitizado, afirmando que este deveria ser representativo dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, este conceito fixa a diversidade cultural, privilegiando o patrimônio imaterial dos brasileiros, como manifestações diversas da cultura popular (FILHO; ABRREU; 2007).

Uma das conquistas de Aloísio Magalhães, e de seu grupo, foi na luta pelo tombamento do terreiro de candomblé Casa Branca, na Bahia, “[...] onde havia uma árvore sagrada que também deveria ser preservada” (FILHO; ABRREU, 2007, p.31), ocorrendo forte debate em torno desse tombamento, onde se envolveram antropólogos, arquitetos e historiadores.

Esta revisão do conceito de patrimônio fez com que, segundo os Artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988, o patrimônio cultural brasileiro fosse definido como “[...] bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência a identidade, a ação, a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

O Art. 215, ressalta que o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais, apoiando e incentivando a valorização e difusão das manifestações culturais:

1. O Estado protegerá **as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras** e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.
2. A lei disporá sobre a **fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais**. (Grifo nosso)

O Art. 216, ressalta as manifestações do patrimônio imaterial, de referência à identidade, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I- as formas de expressão;
  - II- os modos de criar, fazer e viver;
  - III- as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
  - IV- as obras, objetos, documentos, edificações e demais **espaços destinados às manifestações artístico-culturais;****
  - V- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (Grifo nosso)
- [...]
- § 1. O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.
- [...]
- § 5. Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

A Constituição de 1988, junto com os movimentos sociais negros, colaborou para uma nova relação entre Estado-nação e sociedade, incidindo diretamente sobre as políticas públicas inclusivas. Os movimentos sociais negros trouxeram à tona a importância dos testemunhos dos afrodescendentes que compõem as múltiplas experiências, sejam elas individuais ou coletivas, portanto, o reconhecimento dessa identidade para este grupo social é muito importante (DOMINGUES, 2007). Neste sentido, o conceito de patrimônio cultural afro-brasileiro passou a contemplar este grupo não apenas como remanescente de escravos, mas também portadores de uma memória histórica, de uma identidade particular (NOGUEIRA, 2008).

Os Artigos da Constituição foram regulados pelo Decreto Presidencial nº 3.551 de 1998, e institui formas específicas de salvaguarda ao patrimônio imaterial brasileiro, por meio do inventário e registro nos Livros dos Saberes, das Celebrações, das Formas de Expressão e dos Lugares. Estes Livros passam a ser instrumentos privilegiados para a preservação das manifestações próprias das etnias e classes marginalizados, que passam a ter maior visibilidade para sociedade. Segundo Fonseca (2005), a prática do Registro pode ser comparada à prática do tombamento, de acordo com a qual são necessários critérios que possibilitem escolhas sobre aquilo que deverá ser preservado. Estes livros permitem a valorização das manifestações populares,



incluindo as manifestações afro-brasileiras, que se expressam por meio da memória, do seu conhecimento do “saber fazer”, das manifestações religiosas, dos lugares de pertencimento, etc. (NOGUEIRA, 2008, FONSECA, 2005).

Um novo conceito de patrimônio, que contempla esta dimensão imaterial, é definido pela Convenção de 2003 da UNESCO, a qual permitiu o reconhecimento das manifestações culturais de grupos que estavam na invisibilidade. Esta Convenção significou uma ampliação do conceito de patrimônio, que passou a ser entendido como...

Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (UNESCO, 2003).

Assim como o conceito de patrimônio imaterial permite olhar para as manifestações particulares de cada grupo, na Museologia, também começou a se discutir a necessidade de envolvimento dos museus com as comunidades, como aponta a Mesa-Redonda de Santiago do Chile, realizada em 31 de maio de 1972:

Que museu é uma instituição ao serviço da sociedade na qual é parte integral e que possui em si próprio os elementos que lhe permitem participar na formação das consciências das comunidades a que serve; que ele pode contribuir para o engajamento destas comunidades na ação, situando suas atividades em um quadro histórico que permita esclarecer os problemas atuais, isto é, ligando o passado ao presente, engajando-se nas mudanças de estrutura em curso e provocando mudanças no interior de suas respectivas realidades nacionais.(ICOM, 1972).

A Declaração da Mesa-Redonda de Santiago foi considerada uma importante conquista, porque através dela foi definido um novo enfoque nas instituições museais, procurando discutir o papel do Museu na sociedade. Houve, posteriormente, vários fóruns internacionais que deram continuidade a esta Mesa-Redonda.

Em 1984, foi realizado em Quebec, o primeiro Seminário Internacional para discutir Ecomuseus e a Nova Museologia. Com a Declaração de Quebec,

são firmados alguns pontos no sentido da Museologia objetivar e participar no desenvolvimento democrático das sociedades, por meio do reconhecimento e valorização das identidades e das culturas de todos os grupos humanos, e não apenas de alguns. Na Declaração de Caracas, realizada no ano 1992, foram debatidos vários temas, dentre eles o de museu integrado à comunidade, isso influenciou para desenvolver os princípios da Museologia Social.

No Brasil, a Lei 11.904, de 14 de janeiro de 2009, conhecida como Estatuto dos Museus, vai afirmar como seus princípios fundamentais, no Art. 2º:

- I- A valorização da dignidade humana;
- II- A promoção da cidadania;
- III- O cumprimento de função social;
- IV- A valorização e preservação do patrimônio cultural e ambiental;
- V- A universalidade do acesso, o respeito e a **valorização da diversidade cultural**;
- VI- O intercâmbio institucional. (Grifo nosso)

Os museus também atuam como lugares de memória, representam um dos possíveis espaços onde a identidade negra pode e deve ser reconstruída e valorizada numa perspectiva mais positiva. Através das políticas afirmativas, o Estado abandonou a posição de neutralidade e passou a atuar ativamente na busca da concretização de uma igualdade positivada no contexto constitucional. (SANTOS, MENDONÇA, BOMFIM, 2011). Sobre o conceito de políticas de patrimônio, Claudino (2013), vai nos descrever que:

A patrimonialização é uma ação que tem como finalidade fomentar mecanismos de afirmação de uma determinada cultura e do seu patrimônio cultural, com a atribuição de valores, sentidos, usos e significados, voltados para um processo de revitalização e ativação das memórias passíveis de caírem no esquecimento (CLAUDINO, 2013. p.10).

### 1.3 As ações afirmativas e os museus

A partir do tráfico de escravos, retirados da África, os(as) africanos(as) vieram para a construção de colônias nas Américas. Milhares de pessoas foram retiradas de suas famílias, de seus povos, de suas referências socioculturais para trabalhar sob condições desumanas, tiveram que aprender

a falar outro idioma para poder se comunicar, e poder sobreviver. Seus descendentes, mesmo depois da abolição da escravidão, continuaram a ser vítimas da violência e da discriminação.

Após muita luta dos abolicionistas, de escravos e negros já libertos, que não aceitavam a escravidão no Brasil, foi assinada pela Princesa Isabel em 1888, a abolição da escravidão. Por muitas décadas os afrodescendentes enfrentaram barreiras nas instituições escolares, em alguns locais públicos como praças, clubes, serviços, bailes, etc. Com isso, houve necessidade de se manter a luta dos afrodescendentes por direitos iguais. O direito pela igualdade, se reflete até hoje na realidade destes segmentos, porque a falta de oportunidade ainda persiste, isso porque o preconceito e discriminação são muito velados.

O tema das ações afirmativas surge para gerar reparação e reconhecimento, a valorização e inclusão da etnia negra na sociedade brasileira. “A noção de igualdade, como categoria jurídica surgiu com as revoluções do final do século XVIII na Europa”, conforme coloca Joaquim Barbosa Gomes (2007, p. 48).

As ações afirmativas definem-se como políticas, públicas ou privadas, visando o direito à igualdade material e social para indivíduos que pertencem a minorias étnicas ou sociais. É uma forma de neutralização dos efeitos da discriminação, seja ela racial, de gênero, de idade, de origem nacional ou decorrente de deficiências físicas. (GOMES, 2007, PIOVESAN, 2007).

Com a Declaração Universal de Direitos Humanos (1948), começa a se desenvolver o sistema internacional dos direitos humanos, através de inúmeros instrumentos de proteção com ênfase na universalidade e indivisibilidade dos direitos. Segundo Flavia Piovesan (2007, p.36), nesta primeira fase, a “universalidade, sob a crença de que a condição de pessoa é o requisito único para a titularidade de direitos”.

Universalidade, sob a crença de que a condição de pessoa é o requisito único para a titularidade de direitos, considerando o ser humano como um ser essencialmente moral, dotado de unicidade existencial e dignidade. Indivisibilidade porque, ineditamente, o catálogo dos direitos civis e políticos, e dos direitos econômicos, sociais e culturais (PIOVESAN, 2007, p.36).

Em 1948, ocorre junto à ONU a Convenção para a Prevenção e Repressão ao Crime de Genocídio, que também pune a lógica da intolerância e da destruição do outro, em razão de sua nacionalidade, etnia, raça ou religião. No ano 1965, a Organização das Nações Unidas (UNESCO) aprovou a Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, ratificada por 167 países, dentre eles o Brasil, em 1968. A partir de então, estes instrumentos jurídicos passam a ser direcionados para grupos particulares, considerados como coletividades, e não apenas para o indivíduo isolado.

O Art. 1º desta Convenção define a discriminação racial como:

[...] toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto ou resultado anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício em um mesmo plano (em igualdade de condição) de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública. (ONU, 1968)

Segundo Boaventura de Souza Santos (*apud* PIOVESAN, 2007, p. 38), “[...] apenas a exigência do reconhecimento nos permite a realização da igualdade”. Com base nisso, a jurista Flavia Piovesan argumenta que,

(...) as violações, as exclusões, as discriminações, as intolerâncias, os racismos, as injustiças raciais são um construído histórico, a ser urgentemente desconstruído, sendo emergencial a adoção de medidas eficazes para romper com o legado de exclusão étnico-racial. Há que se enfrentar essas amarras, mutiladoras do protagonismo, da cidadania e da dignidade da população afro-descendente (PIOVESAN, 2007, p.44).

A partir da década de 1930, foram criadas organizações e movimentos negros, como a Frente Negra Brasileira. Esta organização tinha como principal objetivo a conquista da igualdade de fato. Segundo Domingues (2008), esta organização negra desenvolveu um grande nível de atividades, dentro da instituição foram montadas escolas, grupos musicais e teatrais, times de futebol, além de um departamento jurídico e serviços médicos e odontológicos, cursos de formação política, de artes e ofícios, assim como a organização e publicação de um jornal, intitulado A Voz da Raça. Isso porque o acesso igualitário a estes bens e serviços, por parte dos afrodescendentes, ainda era uma utopia.

Outro importante grupo foi o Teatro Experimental do Negro (TEM), fundado em 1944 no Rio de Janeiro, com Abdias do Nascimento como principal liderança do grupo. A proposta do (TEM) era formar um grupo teatral constituído apenas por atores negros, mais tarde adquiriu um caráter mais amplo, onde “publicou o jornal Quilombo”, passando a oferecer curso de alfabetização, além de corte e costura (DOMINGUES, 2008, p.109). Esta organização defendia uma estética negra e a preservação dos valores e manifestações negras, além de lutar pela igualdade, o que significa que buscava também o respeito pela diversidade.

Abdias do Nascimento, um dos principais ativistas negros brasileiros, é uma das vozes mais contundentes que vai se erguer para defender a importância da...

[...] inclusão do povo afro-brasileiro, um povo que luta duramente há cinco séculos no país, desde os seus primórdios, em favor dos direitos humanos. É o povo cujos direitos humanos foram mais brutalmente agredidos ao longo da história do país: o povo que durante séculos não mereceu nem o reconhecimento de sua própria condição humana. (*Apud* PIOVESAN, 2007, p.44).

A inserção de afrodescendentes no ensino superior foi uma grande conquista e uma forma de minimizar a discriminação e preconceito, porque através do estudo esses afrodescendentes vão procurar seus direitos. A formação de profissionais com outros perfis étnicos e sociais, faz com que esses indivíduos tenham oportunidades de serviço melhor e possam defender outros pontos de vista sobre determinados temas que lhe digam respeito.

Na década de 1970, mesmo sob regime militar, começaram o surgimento de novos grupos de movimento negro que apesar das diferenças, passaram a unificar a luta de resistência contra o preconceito e o racismo. Somente em 2001, o Brasil assumiu falar em ações afirmativas na III Conferência Mundial das Nações Unidas de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, em Durban, na África do Sul. Neste sentido, vale destacar que neste mesmo período a 5ª Semana de Museus da Universidade de São Paulo (2005), traz como tema “Ações Afirmativas em Museus: educar e preservar”, mostrando a necessidade de discussão também nesta área (BONFIM, 2012, p. 42).

Entende-se que o museu é um espaço onde podem e devem ser trabalhadas essas ações afirmativas, para que seja possível desenvolver uma educação não formal para a sociedade em geral e para a comunidade negra em particular. Essas ações são relevantes para conscientizar os atores sociais sobre a necessidade do respeito à diversidade cultural nas mais diversas esferas do convívio humano. Isso por que cabe também as ações educativas se comprometer com o projeto de reeducação das relações étnico-raciais.

As políticas de reconhecimento tiveram papel decisivo na inserção dos afrodescendentes na sociedade brasileira. A aplicação da Lei 10.639/2003<sup>2</sup> deve ser levada em conjunto com as ações educativas, possibilitando ser abordada e trabalhada não só no contexto escolar, mas também em centros de cultura e museus.

No entanto, a necessidade da aplicação de políticas de reconhecimento e as ações afirmativas nessas instituições culturais é um fato relativamente novo (FREITAS, 2005). Museus e Centros de Culturas temáticos, são importantes para a afirmação da identidade negra no Brasil, é uma forma do afrodescendente saber sobre a sua história a partir de um novo olhar. Os museus e Centros de Culturas temáticos fazem com que os afrodescendentes valorizem a sua história, memória e a sua identidade, a partir da transmissão de conhecimentos que estes museus e centros proporcionam. O conhecimento sobre a história do negro no Brasil, deve ser trabalhado nas escolas e nas instituições museais a partir de uma valorização positiva.

Durante um longo período é marcante a invisibilidade do negro nas instituições museais, responsáveis oficialmente pelos registros da memória e da história nacional, tanto no Brasil como nos demais países colonizados. Porém os movimentos sociais lutam para que a imagem dos povos africanos e de seus descendentes não fosse resumida somente às representações de um passado escravista (FREITAS, 2005). Por outro lado, os movimentos sociais no Brasil, nas décadas de 1970 e 1980, também influenciaram as discussões em torno do papel social dos museus e da própria museologia. No contexto museológico, as ações afirmativas estão relacionadas ao reconhecimento e

---

<sup>2</sup>Esta lei determina no seu artigo 26-A que nos estabelecimentos públicos ou privados, torne-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar de todos os níveis de formação.

valorização do patrimônio cultural dos segmentos afro-brasileiros e indígenas e estão vinculadas à construção de novos projetos expositivos e inauguração de museus temáticos (CUNHA, 2006).

Segundo Freitas (2005), os elementos de matriz africana foram negados por muito tempo na história, por isso...

O patrimônio cultural afro-brasileiro é fruto de processos de lutas e negociações, conflitos e acordos, vivenciado no campo material e simbólico, portador de valores, expresso através da materialização dos fragmentos da memória desta herança, através da busca de elementos africanos nos rastros perdidos de uma memória negada e sequestrada, expressa numa possível raiz comum, que mesmo diante da diversidade, aparece nos sinais diacríticos com base nas celebrações, na religiosidade, nas lutas por liberdade, nas linguagens, na cor da pele, etc.(FREITAS, 2005, p. 05).

A implementação do direito à igualdade racial, político e social é capaz de enfrentar o legado discriminatório que tem negado à metade da população brasileira o pleno exercício de seus direitos e liberdades fundamentais (PIOVESAN, 2007). Nos últimos anos há um processo de reconhecimento e valorização da matriz africana no Brasil, por meio das políticas de patrimonialização e constituição de Centros de Cultura e Museus temáticos como, por exemplo: os Museus Afro-Brasileiros. Acho relevante, para fins deste trabalho, trazer alguns exemplos do que ocorre em outros lugares, com a esperança de auxiliar ou influenciar nas mudanças em relação ao tema na cidade de Pelotas.

O Museu Afro-brasileiro, de Salvador, foi inaugurado em janeiro de 1982 e tem como objetivo a organização de um:

(...) Banco de Dados, contendo um levantamento bibliográfico e iconográfico sobre as principais organizações de resistência, construção e afirmação de identidade afro-brasileira, abrangendo temas até então não abordados no seu espaço expositivo, a exemplo dos quilombos (incluindo as atuais comunidades remanescentes), as revoltas e insurreições, as irmandades religiosas, os movimentos recreativos e culturais (Sociedade Protetora dos Desvalidos, a Frente Negra Brasileira), o carnaval afro-brasileiro (afoxés, blocos-afros, maracatus, escolas de samba, etc.), a capoeira e os movimentos negros contemporâneos, entre outras manifestações (FREITAS, 2005, p.01).

Ações afirmativas de caráter museológico, estabelecem para o afrodescendente a oportunidade de acesso às instituições culturais e sociais a partir de uma representação digna. As discussões em torno dessa temática estão possibilitando desfazer o conceito negativo de ser negro na sociedade brasileira. A partir das novas historiografias, há um encontro dos pesquisadores com a população negra, para escrever um novo capítulo da história a partir da visão do negro e saberes da comunidade negra.

O Museu de Percurso do Negro, em Porto Alegre, surgiu a partir de um projeto desenvolvido por entidades do movimento negro do Rio Grande do Sul, reunidas pelo Centro de Referência Afro-Brasileiro – CRAB<sup>3</sup>, com apoio financeiro da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e do Programa Monumenta do Ministério da Cultura. É outro exemplo da repercussão das ações afirmativas na Museologia. O Museu foi aprovado no ano de 2003, junto ao Núcleo de Políticas Públicas para o Povo Negro da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, com o objetivo de dar visibilidade à comunidade afro-brasileira através da construção de obras de arte idealizadas por artistas negros em espaços públicos no centro de Porto Alegre, tendo como conceito a visibilidade dos “*territórios negros urbanos*” (*grifo nosso*) (VILASBOAS, 2010).

É importante destacar que uma das primeiras referências ao percurso dos territórios negros na cidade remonta à década de 1970, iniciado pelo professor, poeta e ativista negro Oliveira Silveira, quando ele realizava um roteiro no centro de Porto Alegre, marcando a presença dos negros<sup>4</sup>.

Este Museu do Percurso do Negro, mapeando os lugares de presença negra, representa a memória e a identidade negra do Rio Grande do Sul através de marcos físicos em “espaços públicos” da cidade de Porto Alegre. Este conceito de museu nos possibilita refletir sobre as relações sociais que se

---

<sup>3</sup>O CRAB é uma instituição criada no ano 2009 para ser referencial da cultura afro-brasileira atuando na direção de resgatá-la e valorizá-la. Fonte: Blog do Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre. Disponível em: <http://museudepercursodonegroempertoalegre.blogspot.com.br>. Acessado no dia 15/04/15.

<sup>4</sup>Oliveira da Silveira, foi um importante ativista negro gaúcho, que atuou desde 1941 a 2009. Atuou como Professor, poeta e escritor, e um dos idealizadores do 20 de novembro, Dia da Consciência Negra. Foi um integrante do Grupo Palmares, também criou a Revista Tição na década de 1970, além disso publicou centenas de crônicas, reportagens, contos, poemas e artigos envolvendo a temática negra. Publicou várias obras de sua autoria. (VILASBOAS, 2010).



estabeleceram nesses lugares mapeados, ampliando o significado de museu para além dos museus convencionais (VILASBOAS, 2010).

Outro importante exemplo da repercussão das ações afirmativas na formação dos Museus é o Museu Afro-Brasil. Ele está localizado no Parque Ibirapuera, em São Paulo, e foi fundado em 2004. Este Museu proporciona a amostra de objetos exibindo uma face do Candomblé tal como se apresenta hoje como religião, diferente das exposições nos demais museus que salvaguardam apenas partes da memória da religião de matriz africana ligada à repressão no início do século XX. O museu institucional Afro-Brasil conta com um projeto educacional voltado para a construção de uma memória social diferenciada, a partir da preservação do patrimônio cultural afro-brasileiro. O projeto expográfico é dividido em “6 nichos temáticos: África; Trabalho e Escravidão; Religiões Afro-brasileiras; Sagrado e Profano; História e Memória; Artes Plásticas” (GAMA, 2014, p. 01). A partir desse novo olhar vem surgindo esses museus brasileiros assim como o tombamento de locais importantes, como é o caso do Terreiro Casa-branca de Salvador, um dos primeiros centros reconhecidos de candomblé, e da Serra da Barriga em Alagoas, local em que se localizava o famoso quilombo de Palmares. (NOGUEIRA, 2008)

## **Capítulo 2 – A presença negra na cidade de Pelotas e os museus**

Neste capítulo vou apresentar como se originou a presença negra na cidade de Pelotas e como os museus vêm trabalhando a representação da etnia negra nas suas exposições.

### **2.1 A presença negra na cidade**

A presença negra na cidade de Pelotas surgiu no século XVIII até o XIX<sup>5</sup>, os portugueses em meio as disputas e demarcação de fronteiras, saíram da cidade de Rio Grande e vieram para cidade de Pelotas, conhecida naquela época como Freguesia de São Francisco de Paula, a base econômica era a produção de carne salgada e outros derivados nas charqueadas (GUTIERREZ, 2011).

Neste período, o fim das disputas entre as coroas portuguesa e espanhola marcaram o começo da distribuição de terras nessa planície, permitindo o desenvolvimento da produção comercial de charque em estabelecimentos localizados às margens do arroio Pelotas e do Canal São Gonçalo. Ao longo do século XIX, as charqueadas tornaram-se a base econômica da região, proporcionando o surgimento de uma elite ostentadora, um povoado próspero e um núcleo urbano articulado às redes de exportação e importação do período (ROSA, 2010, p.60).

Os portugueses que vieram para a cidade de Pelotas constituíram sua fortuna, com grandes propriedades, através dos africanos(as) escravizados que trouxeram para cidade e região. Nas charqueadas os negros trabalhavam com a produção da carne salgada e seca ao sol, essa atividade ocorria entre os meses de outubro a maio, e demandava muito da mão de obra escrava, a maioria formadas por homens.

Nas charqueadas, os negros escravizados trabalhavam em olarias, já as mulheres trabalhavam em serviços domésticos, como cozinheira, passadeira, costureira, lavadeira, etc., além do trabalho na lavoura. Além disso, entre os senhores havia a prática do empréstimo de escravos em troca de dinheiro, como ama de leite, entre outros serviços (SIMÃO, 2002, p. 35). Nas olarias

---

<sup>5</sup>A presença negra na cidade de Pelotas, na situação de escravos(as).

esses trabalhadores eram remetidos as construções de tijolos, telhas e casarios de seus senhores (GUTIERREZ, 2011). Segundo Rosa (2010, p. 60) “homens e mulheres, crianças negras foram responsáveis pela construção e a manutenção da vida rural e urbana deste povoado até a década de 1888”.

Segundo a arquiteta e historiadora Ester Gutierrez (2011), o número de escravos que trabalhavam nas charqueadas era entre de 30 e 150, chegando em uma média de 84 trabalhadores, em condições muito precárias: trabalhavam de pés descalços na beira dos arroios, com pouca roupa, com o clima da cidade muito frio e úmido, o sal provocava feridas em todo o corpo, o que tornava a expectativa de vida entre 5 a 7 anos de trabalho efetivo. As profissões nas charqueadas eram diversificadas como o salgador, o que fazia o abate do gado, e os que faziam as pilhas nos varais de charque, etc. (GUTIERREZ, 2011).

O negro escravo também trabalhava no meio rural nas atividades de lavrar a terra na roça, e na atividade da pecuária. A vida do escravo no meio rural era um pouco diferente do escravo que vivia no meio urbano, por que o escravo urbano circulava pela cidade e tinha mais oportunidade de compra sua alforria, através de seus serviços (SIMÃO, 2002).

Nas instituições museais da cidade, a forma de representar o negro é apenas através dos objetos de castigos, muitas vezes só colocados no chão ou encima de algum expositor sem nenhuma identificação, ou seja, ele não está comunicando nada. Essa forma de representar faz com os afrodescendentes se sintam desconfortáveis perante os objetos, pois saber que o teu antepassado sofreu com aquele instrumento é uma lembrança dolorosa. Nenhum museu fala das negociações dos escravos libertos e abolicionistas contra o regime de escravidão na cidade, segundo o historiador e pesquisador Caiuà “o escravo negociou e resistiu de diversas formas durante todo o período de construção da cidade de Pelotas, marcando o processo histórico” (AL-ALAM, 2008, p.03).

A Lei Euzébio de Queiróz, de 1850, proíbe o tráfico negreiro da África para o Brasil, tornando assim o trabalho dos escravos ainda mais valorizado no mercado nacional (SIMÃO, 2002, p 39). Mas segundo a pesquisadora Ana

Regina Simão, “o comércio ilegal de escravos é outro aspecto da escravidão gaúcha” (2002, p.40).

Portanto a escravidão acabou em 13 de maio de 1888, eles se tornaram livres do sistema escravocrata, mas não livres do preconceito e da discriminação. Será mesmo que se tornaram livres? Por que muitos continuaram trabalhando para estes mesmos senhores, pois não tinham para onde ir. A Lei libertou os escravos, mas não deu condições nenhuma para que estas pessoas se inserissem na sociedade pelotense. Os casos de discriminação e preconceito em Pelotas são alarmantes, pois negros não podiam passar em determinados lugares, eram proibidos de frequentar alguns estabelecimentos, até mesmo de frequentar as escolas. Por que negar o direito para um povo que contribuiu para a riqueza da elite pelotense, essa riqueza que foi adquirida e herdada pelos descendentes de charqueadores, através de muitas lágrimas, muitas chicotadas, muito sangue e sofrimento.

Portanto a importância da presença negra na formação e no desenvolvimento da região de Pelotas resultou em uma crescente produção historiográfica nas últimas décadas, explorando, temas como a escravidão nas charqueadas, religião e culinárias, associações negras, comunidades quilombolas, etc. Essas obras, baseadas em fontes como testamentos, inventários e relatos de viajantes, analisam a sociedade escravista e procuram evidenciar a presença dos escravos africanos na região. A partir do olhar do historiador sobre a cidade de Pelotas, vamos ver a figura do negro escravo como um indivíduo fazendo parte dessa história pelotense (AL-ALAM, 2008).

Portanto há grande diversidade de abordagens das pesquisas no campo das disciplinas de história, arqueologia e antropologia, onde são pesquisados e discutidos sobre a presença negra no município de Pelotas. Devemos levar essas pesquisas para dentro das instituições museais, para que se construa uma representação mais positiva e mais completa sobre a presença negra na região.

As novas pesquisas vêm descobrindo um universo até então pouco conhecido, comprovando que os africanos(as) escravizados(as) e seus descendentes não foram passivos à escravidão, eles resistiram ao domínio e preservaram uma forte identidade cultural ligada às suas origens africanas.

As práticas religiosas resistiram como uma das formas mais significativas de manutenção de uma identidade cultural, assim como se caracterizavam como uma forma de resistência à escravidão. As religiões de matriz africana representam uma das heranças culturais mais fortes e mais presentes na sociedade pelotense até os dias atuais, mas há uma ausência desse universo religioso nos ambientes expográficos existentes nas cidades. Os rituais de matriz africana eram praticados pelos escravos nos mais diversos ambientes, sendo o Batuque a primeira e principal expressão religiosa desse grupo. Os negros reuniam-se nas horas de repouso, consagravam o batuque em suas senzalas, ou fugiam para a região portuária onde haviam vários terreiros (MELLO,1994).

Outra historiadora, Beatriz Ana Loner (2001), vai indicar também a existência de um forte associativismo negro na cidade de Pelotas, que iniciou antes da abolição e prosseguiu após o ano de 1888:

No tempo do Império, as primeiras sociedades que apresentavam forte ou exclusiva presença de negros e mestiços eram suas associações mutualistas, seja de categorias (como, por exemplo, a Fraternidade Artística, de artesãos negros), ou do grupo como um todo (caso da Feliz Esperança, que aceitava inclusive sócios escravos). Estas e outras foram criadas por volta da década de 1880, momento que se constituiu também no início da campanha abolicionista na cidade (LONER, 2001, p.147).

A após a abolição da escravatura, a discriminação com os africanos e seus descendentes foi muito marcante na cidade de Pelotas. A exclusão era tão forte, por parte da elite pelotense, que a historiadora Beatriz Ana Loner, vai relatar que...

(...) se consolidou na cidade uma ideologia conservadora e elitista, fazendo com que a discriminação racial, após o final da escravidão, fosse muito forte, como pode ser observado pelos relatos de antigos moradores ou cronistas negros. **Em algumas de suas praças, negros não podiam sentar, assim como não tinham ingresso em cafés, cinemas, teatros e outros estabelecimentos públicos** (LONER, 2001, p. 147; grifo nosso).

A partir da discriminação e segregação racial, foram surgiram as associações negras, como os cordões e clubes carnavalescos, associações de futebol, imprensa etc. Segundo Beatriz Loner, “Em 1927, as principais associações negras vieram a público denunciar esta e outras formas de discriminação vigentes na cidade” (LONER, 2001, p.142). Dentro destes

espaços associativos buscaram construir formas de integração de seus membros na sociedade.

Os clubes sociais negros foram e são muito importantes para seus associados, são um marco da presença negra em várias cidades do RS e do Brasil. Conforme Giane Escobar (2010), os clubes sociais negros tiveram papel decisivo na inserção dos afrodescendentes na sociedade brasileira entre as décadas de 1920 e 1960. Romperam com os padrões de uma época atuando incisivamente na luta contra o preconceito e a discriminação racial. Segundo pesquisa já realizada pelas professoras da área de história da UFPEL, Beatriz A. Loner e Lorena A. Gill (2011), existiram vários clubes negros na cidade de Pelotas: Depois da Chuva (1917), Chove Não Molha (1919), Quem Ri De Nós Tem Paixão (1921), Está Tudo Certo (1931), e o Fica Ahí para ir Dizendo (1921). Destes, apenas os clubes Fica Ahí e Chove Não Molha permanecem em atividade, por isso a importância de desenvolver atividades de extensão neste tipo de espaço, pois contribui para a reconstituição e preservação da memória da presença negra na cidade.

## **2.2 Os museus pesquisados**

Apresento um breve contexto histórico dos Museus pesquisados. A perspectiva deste trabalho tem como objetivo compreender os processos de construção social da memória da presença negra em algumas instituições museais da cidade: Museu da Baronesa, Biblioteca Pública Pelotense e a Charqueada São João. Busquei alcançar este objetivo através de revisão bibliográfica, mapeando os objetos destas instituições sobre a presença negra e entrevistando os responsáveis técnicos pelas instituições.

### 2.2.1 Museu da Biblioteca Pública Pelotense



Figura 1: Biblioteca Pública Pelotense  
Fonte: MORALES, 2015

A Biblioteca Pública Pelotense foi construída de 1878 a 1881, localizada na Praça Cel. Pedro Osório, no Centro da cidade. Foi fundada em 1875, por diversas personalidades da sociedade local, com o objetivo de colaborar para o conhecimento intelectual e cultural dos pelotenses. Em 1878, João Simões Lopes, o Visconde da Graça, inaugurou os alicerces do prédio, projetado por José Izella Merotte e construído graças às doações da população mais abastada, que mandava trazer da Europa vários materiais de construção, como os marcos de pedra e o arco de granito da entrada principal, vindos de Portugal<sup>6</sup>. Entre 1911 e 1913, sofreu acréscimo de um segundo piso, projetado por Caetano Casaretto.

Em 1875, a Biblioteca Pública Pelotense abrigou em suas dependências cursos noturnos de alfabetização, que foram muito significativo para a população negra, e existiram até 1950. Os cursos foram direcionados principalmente para adultos e meninos negros e pobres, segundo José Antônio dos Santos, os cursos tinha o “[...] intuito de disciplinar, e de incutir normas e

---

<sup>6</sup>Informações disponíveis no site: [www.bibliotheca.org.br](http://www.bibliotheca.org.br). Acessado no dia 20/04/15 às 15hs.

valores referentes a necessidade do trabalho como formar de combater a vagabundagem”<sup>7</sup> (SANTOS, 2003, p.121).

A elite pelotense, tinha uma grande preocupação para combater a desordem desses ex-escravos, agora libertos, visto que muitos professores eram da iniciativa privada e alguns do Clube Abolicionista de 1882. Segundo Santos, nas aulas da Biblioteca Pública Pelotense, foram separados e classificados os alunos, “[...] onde os brancos eram considerados melhores que os negros, os imigrantes melhores que os nacionais, e os adultos melhores que os menores” (SANTOS, 2003, p.122).

Portanto, a etnia negra, que era formada por operários e pobres em geral, viu a possibilidade de saber ler, transformando esse sentimento em amor e gratidão aos estudos. Por outro lado, o domínio da escrita possibilitou que alguns desses negros, através de suas memórias pudessem escrever suas histórias de vida. Portanto os estudos proporcionaram para esses atores sociais, a luta contra o preconceito e a discriminação, tendo-se como exemplo a criação do Jornal Alvorada, direcionado para a população negra pelotense e cujos proprietários eram afrodescendentes que haviam estudado nos cursos de alfabetização da Biblioteca (SANTOS, 2003).

O acervo da biblioteca, atualmente, se constitui em jornais antigos, fotos dos Fundadores da Biblioteca, entre outras. Os livros do acervo são classificados por áreas do conhecimento, além disso, existem também livros do ensino fundamental e médio. Na Biblioteca Pública Pelotense, existe uma norma de acesso que é o preenchimento de uma ficha, que contém os dados do usuário, e o pagamento de uma pequena mensalidade para manter a biblioteca em funcionamento. A biblioteca tem um público fixo, a maioria são professores, estudantes e outros membros da comunidade.

A Biblioteca possui um Museu Histórico, que está sob coordenação do historiador Daniel Barbier. Este Museu foi fundado em 1904, e já ocupou vários locais dentro do prédio, estando agora no subsolo. Está atualmente com o seu acesso vedado ao público em razão, segundo Daniel, da ausência de funcionários e estagiários fixos.

---

<sup>7</sup>Vagabundagem foi um termo muito utilizado no período pós-abolição, por parte da elite e das autoridades Policiais, para criminalizar a conduta dos ex-escravos e seus descendentes que não se adequavam aos códigos vigentes.





Figura 2: Museu da Biblioteca Pública Pelotense  
Fonte: MORALES, 2015

O acervo que constitui o Museu, foi formado a partir de setores da sociedade pelotense que pertenciam a elite, como esclarece o próprio Daniel:

(...) a Biblioteca foi fundada em 1875, vinte oito anos depois da fundação da Biblioteca, um grupo da própria diretoria resolveu criar um museu e a partir desse, o próprio grupo que foi se organizando para recolher objetos da própria população local a grande maioria da elite local. Então foi um movimento de um coletivo que foi buscando dentro desse espaço que é a cidade de Pelotas, alguns objetos para formar esse museu.

Segundo Daniel, o Museu não possui uma missão definida, “...mas o conjunto da coleção fala um pouco sobre a representação do desenvolvimento da cultura na região do pampa”. Esclarece ainda, que além do público fixo da Biblioteca, o Museu atende “... a grande maioria escolares, crianças e adolescentes no período da escolarização, também tem muitos turistas, tem pesquisadores e os usuários em geral”.

Desde a sua fundação já foram montadas várias exposições, sendo a que está em vigência montada em 2011/2012. Segundo o responsável técnico, esta exposição contempla a presença negra na cidade:

(...) a exposição está dividida em pequenas sessões que vão narrando desde o momento de formação do ambiente pampa, a chegada e a organização dos primeiros habitantes, e tem um momento para se pensar a questão da população negra na cidade de Pelotas, principalmente a relação da imprensa local com essa parcela da população. E na reserva técnica também temos objetos ligados a memória da população negra na região sim, como estandartes de clubes.

Este acervo permanente, de acordo com o responsável técnico do museu, já foi utilizado para exposições específicas sobre a temática negra:

Patrícia: e assim Daniel, teve alguma proposta sobre o tema da presença negra ou já houve alguma discussão sobre este tema para montar as exposições ou não?

Daniel: Teve, principalmente depois da reorganização em setembro de 2011. Então existe como eu te falei uma sessão da exposição que fala sobre este assunto. E com as atividades educacionais nós promovemos já todos os anos, uma série de atividades principalmente na Semanas do Museus, em que o foco tem sido a discussão sobre a história e a memória da população negra em Pelotas, e como ação cultural o museu e a biblioteca como um todo participou da segunda edição da Feira da Cara Preta, como apoiadora e da terceira e da quarta como coordenadora, como organizadora da Feira da Cara Preta. E é talvez uma das principais atividades da Biblioteca no calendário anual.

Além de abordar a temática da presença negra na cidade na Semana dos Museus e na Feira da Cara Preta, o Museu da Biblioteca Pública Pelotense já fez exposições em parceria com o coletivo de artistas plásticos negros da cidade:

Daniel: [...] a última exposição do calendário anual tem sido em colaboração, com ajuda e parcerias com o movimento de artistas negros de Pelotas. Então nós já tivemos quatro exposições, e algumas delas com certeza com atividades educativas, num dos momentos que estava acontecendo a exposição.

O responsável técnico pelo Museu enfatiza, por outro lado, que a parceria com os coletivos negros da cidade envolvia também os clubes sociais negros, mas que isso não teve continuidade após o falecimento do Senhor Rubinei Machado, que era coordenador da comissão de cultura do clube Fica Ahí, e representante do movimento clubista da metade sul do estado. Por meio destas atividades o responsável técnico avalia que está contribuindo indiretamente para a efetivação da lei 10.639 na cidade, mas admite que o Museu não desenvolve atividades citando diretamente esta legislação:

Patrícia: e o Museu tem realizado alguma atividade em cima desta lei?

Daniel: é assim, em cima da lei de fato não, mas o que vai ao encontro da lei, sim. Por exemplo o ano passado uma das atividades que a gente desenvolveu como atividade educativa, foi se pensar o 14 de maio que é um dia depois da abolição da escravatura no papel né, na forma da lei, que envolveu dois colégios da cidade de Pelotas. Então vai ao encontro da lei, mas não trabalha com a lei explicitamente.

A exposição permanente do Museu da Biblioteca Pública tem como tema o ambiente pampa, mas não deixa de enaltecer o português charqueador. A forma que a etnia negra está representada no museu abrange apenas os objetos de castigo, sem nenhuma identificação destes objetos. Considero que um museu tem o dever de comunicar ao público, com uma legenda, informações sobre os objetos, como por exemplo: nome, ano, para que foi fabricado. Trago a figura para ilustrar o que eu estou dizendo:

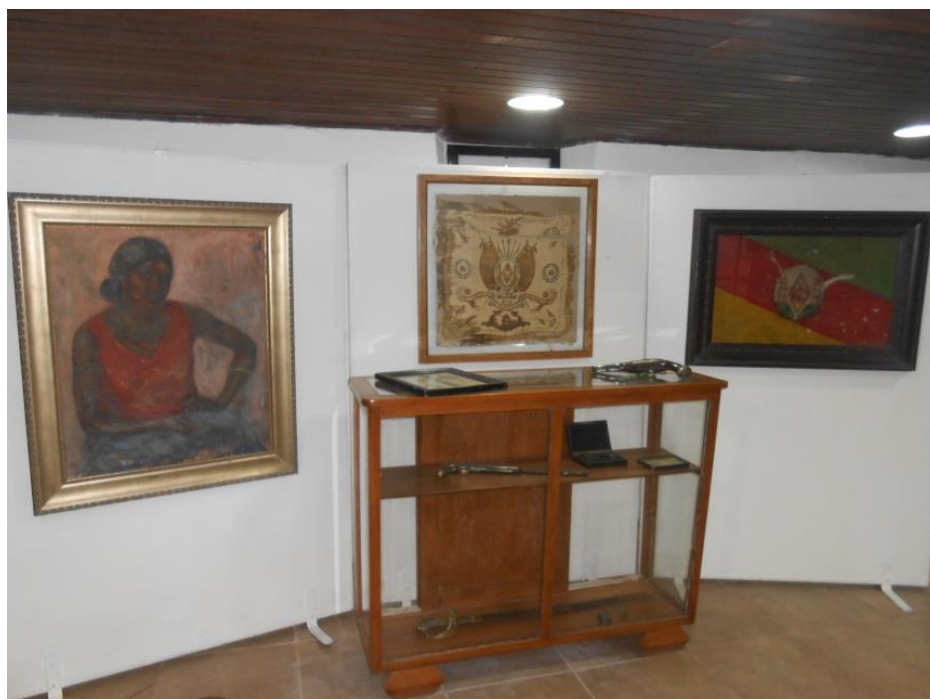


Figura 3: Exposição no Museu da Biblioteca Pública Pelotense  
Fonte: MORALES, 2015

Ao visitar o museu, e analisar a exposição fiquei me perguntando quem era a mulher negra que está sendo retratada no quadro (figura anterior)? Era

escrava ou liberta? Quem pintou: um artista negro, um abolicionista? Em que ano?



Figura 4: Exposição no Museu da Biblioteca Pública Pelotense  
Fonte: MORALES, 2015

Outra percepção são os objetos de castigo que não estão comunicando nada, por que não tem nenhuma identificação do que são. O que pude observar é a lança que representa os Lanceiros Negros que lutaram na Guerra dos Farrapos, mas sei deste significado porque conheço a história. Mas as demais pessoas e crianças que vão visitar a exposição, será que elas vão saber?

Letícia Julião (2005) aponta a comunicação, junto com a preservação e investigação, como um dos principais campos de atuação do Museu enquanto instituição interdisciplinar. A comunicação é fundamental porque por meio dela...

[...] se estabelece uma relação entre o homem, sujeito que conhece, e o bem cultural, testemunho de uma dada realidade. Ao disponibilizar seu acervo para o público, o museu constitui um dos espaços, entre outros, onde se dá essa relação homem/bens culturais. (JULIÃO, 2006, p. 106).

### 2.2.2 Charqueada São João e o Museu



Figura 5: Charqueada São João  
Fonte: RUBERT, 2010

A Charquedada São João foi construída entre 1807 a 1810, situada às margens do Arroio Pelotas, pertenceu inicialmente ao português Antônio Gonçalves Chaves, que foi um dos principais pecuaristas da região. A Charqueada é considerada um Patrimônio da cidade de Pelotas/RS, mas não é tombada como Patrimônio Histórico Municipal, teve sua grande visibilidade por ser grande fornecedora de charque e manter o trabalho escravo durante o seu período de funcionamento (SANTINI, 2011).

Em 1952 a propriedade foi adquirida por Rafael Mazza, como presente a sua esposa Nórís Mazza. A família continua sendo proprietária até hoje, e atualmente o empreendimento é administrado pela terceira geração da família Mazza (SANTINI, 2011). Entretanto, segundo Eva a mediadora das visitas orientadas que acontecem na sede da Charqueada, foi em 2002 que o local se tornou um ponto turístico mais visitado, após a produção das minisséries A Casa das Sete Mulheres e O Tempo e o Vento, produzidas e exibidas pela Rede Globo de Televisão.

A Charqueada São João, abriga no interior de seu casarão bicentenário inúmeros objetos e artefatos de época. Segunda a mediadora Eva, todos os objetos estão em exposição, não havendo reserva técnica, porque a Charqueada não é um museu. No seu conjunto, comporta: os instrumentos de castigo dos escravos, louça inglesa e cristais franceses, banheira de mármore, mobiliários, instrumentos de trabalho, aves empalhadas, etc., como pode-se notar em visita guiada ao interior da sede.

O acervo da Charqueada, foi constituído a partir da...

Eva: [...] doação. Nós não temos, o que tem ali, é porque na verdade, a charqueada a gente não diz que ela é um museu, a gente diz, que ela é uma casa, por que era a casa da Noris, porque desde de 1952 ela veio morar aqui, porque ela ganhou essa casa de presente do marido. [...] tudo que tem aqui, tem uma história ligada a ela, a família dela, e por isso ela é mantida até os dias de hoje. [...] a gente, quando abriu para o turismo, a gente tinha tudo isso, sabe. Só que invés de ser num salão, onde hoje ele está em exposição, ele era ali na área, aquelas coisas que a Sra. viu ali dependuradas na parede já estão aí anos e anos, eram objetos de decoração da sala, do salão da Dona Noris, quando ela conversava e tomava chá, com os amigos, estava dependurado na parede. Para ela, era muito natural viver com aquilo, com aqueles ferros, com aquelas coisas, ela não via nisso nada demais.

Os objetos são permanentes e estão expostos, de acordo com a mediadora da Charqueada, falam um pouco sobre a presença negra:

Eva: [...] é aqueles objetos que estão aqui no salão, é a parte, ou seja, o paredão da senzala doméstica, é o tronco que não é o original, o original, é só a base dele e a localização onde ele ficava, então é mais ou menos isso. Dizer que tem grandes coisas, não.

Importante destacar que na visita guiada, que fiz como uma visitante comum, foi ressaltado toda a rotina de trabalho dos escravos no charque, representada por meio de quadros nas paredes, e indica-se a organização do espaço da charqueada como era originalmente. Conta-se ainda a história de uma escrava da charqueada que lá permaneceu após a abolição, que teria falecido com 102 anos, tendo uma escultura do seu busto exposta na casa. A imagem do busto da escrava, (figura 6) em seguida:





Figura 6: Exposição da Charquada São João  
Fonte: MORALES, 2015

O local onde originalmente era a senzala fica à poucos metros do casarão e hoje é um ateliê (figura 7). Destaca-se ainda o oratório onde os escravos rezavam, e segundo Eva, em um trabalho de restauração descobriu-se que embaixo das pequenas imagens de santos encontravam-se sinais alusivos aos orixás, (figura 8).



Figura 7: Senzala da Charquada São João  
Fonte: RUBERT, 2010



Figura 8: Oratório da Charqueada São João  
Fonte: RUBERT, 2010

Por meio das ações educativas a mediadora trabalha com o público, principalmente com as escolas, a questão da escravidão, falando sobre o assunto de uma maneira aberta. Até porque, por ser uma Charqueada, não há como negar a existência da escravidão, a partir disso...

Eva: Não a gente não tem vergonha, a gente tem orgulho, dessa raça que fez tanto pelo nosso país e pela nossa cidade, e por todos nós porque, querendo ou não todos nós somos. Então o que a gente expõe aqui sempre mostra e tenta passar para o nosso visitante é isso, que a gente deve tudo a eles. Se as cidades são construídas, se o país existe foi graças a mão-de-obra escrava, então, não tem o porquê de ter vergonha, deve ter orgulho daquilo que eles nos deixaram. Lógico que foi uma mancha na nossa história, a escravidão. Foi, é horrível a gente lembrar que era irmão matando irmão. O ser humano ser tratado pior que animal. É, mas é a verdade, infelizmente aconteceu. Como a gente trabalha muito com criança, principalmente, tu tenta passar isso, quando vai mostrar ali a marquinha da porta, o NF, quantas vezes tu diz: 'o que tu achas?'. Porque quando trabalha com criança, tem que puxar por eles: 'vamos lá gente, por que no rosto?'. E tu fala o que? 'Quer dizer tal coisa'. Aí eles ficam: 'é isso, aquilo...', e ficam um olhando para o outro. Aí eu



digo: 'gente vamos pensar N, não sei, escravo é o que?'. Sabe quando aquela palavrinha não sai e tu está vendo que a criança sabe, mas sabe aquela coisa de dizer que o N é negro, e o F é fujão. Aquilo trava e a pessoa não diz, a gente vê isso muito acontecer, muito, muito.



Figura 9: Exposição da Charquada São João  
Fonte: MORALES, 2015

O painel (Figura 9) retrata quando os “rebeldes farrapos derrubaram o governo imperial do Rio Grande do Sul, em 20 de setembro de 1835, calcula-se que os escravos formavam quase 25% da população pelotense”. Nas charqueadas os escravos e seus descendentes enfrentavam condições desumanas, o trabalho era bastante intenso e as jornadas longas.

Por meio destas atividades a mediadora avalia que está contribuindo indiretamente para a efetivação da Lei 10.639 na cidade. Na interpretação de Eva esta mesma lei “[...] diz que, não poder falar a palavra negra, porque é preconceito, tu tens que dizer afrodescendente. No meu conceito, dizer que ‘ah, lá vem um afrodescendente’, está sendo preconceituoso em cima daquela pessoa”.

A charqueada não tem parceria com o movimento negro, mas segundo a mediadora Eva, “seria ótimo que tivemos alguém disposto a isso”. Ao ser questionada se atualmente, o que está disponível sobre a presença negra na casa é suficiente para contar a história do negro e da cidade, ela responde:

Eva: Não, eu acho que não. Acho que poderíamos ter mais coisas, tanto em livro, como objetos, mas o que nós temos é nosso, encontrado aqui. Em termos de doação a gente não ganhou de ninguém, em termos de compra, tu não acha para vender.

Portanto, podemos observar através do relato acima que as pessoas não doam artefatos que remetem à escravidão, porque não é importante para elas, ou porque muitas vezes aquele objeto na concepção delas não é um objeto de valor de status para o museu. Na charqueada São João, está traçado um vínculo entre memória, patrimônio e identidade; torna-se uma ligação que passa despercebida para muitos. Os objetos do casarão da charqueada, remetem à história e à memória de um tempo que marcou a história da cidade de Pelotas-RS. Segundo Pollak, (1999, p. 201-202) “Existem lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico”. A Charquada São João, não se apresenta como um museu, porém a casa é aberta para visitação, os objetos da época ali expostos têm a função representativa do sujeito social.

Analisando o ambiente expográfico, e mesmo sabendo que a Charqueada não é um museu, pude notar a falta de uma apresentação adequada dos objetos ali expostos, pois eles não possuem legenda individualizada, assim sem a mediadora o visitante não pode identificar os objetos sozinho.

### 2.2.3 Museu Municipal Parque da Baronesa



Figura 10: Museu Municipal Parque da Baronesa  
Fonte: MORALES, 2015

O Museu da Baronesa foi inaugurado em 1982, fica localizado na zona leste da cidade de Pelotas, no Bairro Areal. O prédio foi construído em 1863, através da mão-de-obra escrava, onde muitos desses escravos trabalhavam nas olarias da cidade de Pelotas, fabricando tijolos e telhas. As telhas eram feitas de barro, moldadas nas coxas dos negros, por isso podemos observar que nenhuma é igual a outra. Os primeiros habitantes do “Solar da Baronesa”, foram Annibal e a Amélia Harthey Antunes Maciel, na época em que Pelotas vivia o seu apogeu das charqueadas. Baseada em trabalho escravo, a indústria do charque se desenvolveu nas margens do Arroio Pelotas e do Canal São Gonçalo, tornando a cidade importante para a economia do Rio Grande do Sul (LEAL, 2007).

As famílias dos senhores do charque desfrutavam da riqueza que as indústrias de charque proporcionavam na época, vivendo em luxuosos casarões e investindo na modernização da cultura da cidade, através da mão de obra escrava (MAGALHÃES, 1993). Segundo uma das museólogas do

Museu, Giovana, [...] “o Barão, a gente fala, porque é que ele recebeu esse título? Porque ele libertou vários escravos antes da Lei Aurea”<sup>8</sup>. Ele recebeu seu título do Imperador Dom Pedro II, por ter participado do ato de emancipação dos escravos de Pelotas em 1884, quatros anos antes da abolição da escravatura (LEAL, 2007).

Em 1978, a casa foi entregue pela família à cidade de Pelotas. Segundo Noris Leal (2007, p.12) “o Museu foi inaugurado em 25 de abril de 1982 e em 1985, foi tombado como Patrimônio Histórico Municipal, pelo COPHIC”<sup>9</sup>. Segundo as Museólogas Giovana Marcon e Taciana Casanova, a tipologia do museu é um...

Giovana: É um museu casa.

Taciana: É o Museu Casa que tem os móveis e costumes da elite pelotense do século XIX.

Giovana: Que foi, como era uma casa de uma família abastada, e eles se mudaram para o Rio de Janeiro e acabaram deixando os móveis e as coisas deles aqui, e era o que tinha, em 1982 foi constituído o museu. E era o que tinha, e os objetos que estavam aqui, se formou assim os costumes das famílias que viviam no final do século XIX e início do XX aqui em Pelotas.

A missão<sup>10</sup> do Museu da Baronesa é retratar os usos e costumes da elite pelotense dos séculos XIX e XX. Sobre o público que visita o Museu, a museóloga Giovana Marcon informa que...

Giovana: [...] o Museu recebe o público muito variado, a maioria são estudantes, tem bastante criança, bastante turistas, pessoal de fora e de outras cidades. E agora a gente está fazendo uma pesquisa de público um pouco mais profunda para saber a escolaridade e idade deles também, a gente não colocou ainda as informações sobre eles.

Segundo as museólogas, o Museu tem exposições de longa duração que foram constituídas desde “[...] quando abriu o Museu, os móveis grandes, por exemplo, não podem ser movidos para as outras peças, tem os quartos”. E as exposições temporárias...

Taciana: [...] são vários temas nas exposições temporárias, mas a de longa duração foi constituída por doações dos objetos que ficaram na casa e doações também, tem três grandes doadores que é o Adail Bento Costa, a Antoninha Berchon e a Lurdes de Noronha, que são então a maioria dos objetos doados, pertence a eles.

<sup>8</sup>Este documento não foi disponibilizado para a pesquisa.

<sup>9</sup>Conselho do Patrimônio Histórico de Pelotas.

<sup>10</sup>Informação recebida por e-mail, no dia 28/05/2015, do Museu da Baronesa.

Nos ambientes expográficos do Museu da Baronesa, a presença negra vem sendo contada a partir de painéis, porque no acervo não tem nada de objetos, apenas imagens ...

Patrícia: [...] o museu como é que ele vem tratando ou se ele trata essa questão da presença negra, no museu?

Giovana: Atualmente tem painel bem grande, que foi feito quando o museu completou 30 anos, tem a árvore genealógica da família embaixo e a parte acima conta um pouco a história do Brasil e de Pelotas e o que estava acontecendo durante os casamentos. Ali tem informações da Princesa Isabel sobre abolição da escravatura, tem informações sobre a Lei do Ventre Livre, tem várias informações nesse sentido, e também na copa tem quatro painéis que fala da escravidão no Solar da Baronesa, a escravidão no Brasil e o outro tem alguns trechos de jornais, tipo patrão alugando ama de leite, por que eles têm uma escrava para alugar para outras pessoas. **E nas monitorias a gente sempre aponta e conta as histórias, também quando chega, lá na parte do Barão, a gente fala porque que ele recebeu esse título porque ele libertou vários escravos antes da Lei Aurea, e tem também aonde acho que é isso atualmente. (Grifo nosso)**

Taciana: É por isso que a gente não trabalha, assim, tanto na questão do negro apesar de ter, eles eram ricos e tinham escravos na casa. Só que a casa era de moradia, então todo mundo pensa que aqui tinha centenas de negros e não, eles tinham os negros que cuidavam da casa, e não ficou objetos deles, então a gente conta através de painéis, não temos como mostrar o objeto e na cozinha lá a gente tem um **manequim que a gente fala que é a Clara, por que tinha uma negra que era chamada de Clara que era escrava da família. Então para representar o negro além dos painéis, colocou esse manequim que foi bem antes da gente trabalhar aqui. (Grifo nosso)**

Quando perguntado para as Museólogas, se elas têm o conhecimento da Lei 10.639 a resposta foi que não...

Giovana: 10 mil, qual é essa Lei?

Patrícia: 10.639, é uma lei de ações afirmativas que determina que todas as escolas, as Instituições culturais tratem da história do negro.

Giovana: Não conhecia essa lei.

O museu está planejando uma exposição ainda para este ano de 2015, com a temática da etnia negra...

Giovana: Agora a gente vai fazer uma exposição temporária sobre as viagens que vai tratar, vai ter uma sala, que vai tratar só sobre os navios negreiros que vieram para cá, vai ser uma exposição bem grande com imagens e textos.

Patrícia: Que legal

Giovana: Porque acervo a gente não tem nada, então é sempre imagem e textos.

Quando perguntado para as museólogas, se o museu tem alguma parceria com pessoas do movimento negro para ajudar a montar a exposição a resposta foi não, mas que acham interessante. Para esta exposição o museu conta com estagiários do Curso de Museologia, funcionários do museu e uma aluna do Curso de História que...

Taciana: A da história é que está encarregada

Giovana: Dessa parte da pesquisa histórica para ser colocado no painel. Vai ficar quatro meses eu acho a exposição depois a gente monta, é, faz outra.

Em 2014, no Dia do Patrimônio, aconteceu uma grande programação sob o patrimônio de matriz africana em Pelotas, onde segundo a Museóloga Giovana Marcon, foi trabalhado este tema...

Giovana: [...] no dia do Patrimônio que foi sobre os negros, a gente chamou as pessoas da comunidade negra para fazer também, era sobre as religiões de descendência africanas, também chamamos especialistas que soubessem sobre isso para ajudar.

Patrícia: E o que acharam?

Giovana: Então quando tem tempo planejado, assim a gente não chama. Foi bem legal, assim, a exposição, que teve, era até uma funcionária que trabalha aqui, ela participa dessas, como é que se diz? Ela tem essa religião, eu não sei como é que é.

Taciana: Candomblé

Giovana: Ela conseguia chamar os pais de santo, ela nos ajudou a fazer essa parte dessa exposição, que foi bem legal, pena que foram três dias na semana e depois muda.

E nesta exposição do Patrimônio, além de ser um aprendizado para as museólogas, segundo seus relatos, a comunidade se sentiu parte do museu...

Giovana: [...] pois a gente começa a aprender coisas, coisas que eu não aprendi, não sabia, não vi no colégio, não vi na faculdade, então foi bem legal essa interação. Eles também se sentiram bem ao visitarem, chamavam outras pessoas: 'ah, mas o fulano vai gostar, vou chamar ele para visitar'.

Patrícia: Então tu achas que chamou mais o público?

Giovana: Chamou

Taciana: Por que quando o pessoal da comunidade ajuda, eles chamam: 'olha lá o que eu ajudei a fazer'.



Sobre a reação do público afrodescendente à exposição permanente do Museu, as museólogas afirmam que ouvem comentários do tipo...

Giovana: Sim falam, eles falam assim: **'ah, eu sou descendente da Clara que está na cozinha'**. 'Ah, se a gente vivesse naquela época, não iria estar aqui visitando, estaria trabalhando', eles sempre falam essa brincadeira.



Figura 11: Exposição permanente “cozinha”, Museu da Baronesa  
Fonte: MORALES, 2015

Os comentários refletem a forma como a presença negra está representada neste museu e seus ambientes expográficos, aparecendo apenas na situação de servidão a que foram submetidos em solo brasileiro. Chama a atenção que todos os objetos da cozinha têm identificação, já o manequim não, e é contada uma história pelas responsáveis técnicas do Museu que o manequim é uma ex-escrava cujo nome é Clara, que ficou na casa após a abolição da escravatura, e que alguns visitantes dizem ser descendentes, mas

o Museu nunca fez uma pesquisa sobre a história desta personagem. Esta ausência de identificação dos objetos relativos à presença negra é notada nos demais espaços visitados.

Esta forma como os objetos estão expostos nos “painéis sobre o negro” alimenta os sentimentos de inferioridade dos seus descendentes, reforçando os danos materiais, psicológicos, sociais, políticos e sobretudo educacionais. Portanto Nila Rodrigues Barbosa vai relatar que se:

Se o museu tornou-se lugar de representação das elites como representação do social, ele também funciona como lugar de exclusão de outras classes sociais, grupos e etnias. E se a exclusão é o que a sociedade tem de ruim torna-se importante entender que ela é tornada real pela dimensão simbólica, atribuída a determinados objetos museológicos (BARBOSA, 2012, p. 42).

A representação através de um objeto, acerca da memória e identidade é muito relativa, depende do contexto social que o indivíduo se encontra (CUNHA, 2009). Segundo Meneses, os objetos museológicos, são formas de entendermos a sociedade em que vivemos (2005, p. 27).

Torna-se evidente, destas considerações, que o objeto histórico é de ordem ideológica e não cognitiva. Não que não possa ser utilizado para a produção de conhecimento. Ao contrário, são fontes excepcionais para se entender a sociedade que as produziu ou reproduziu enquanto objetos históricos (MENESES, 2005, p.27).

Considero sobre as representações do negro no Museu da Baronesa que os objetos históricos incorporados aos módulos expográficos são representativos das classes dominantes e do poder estatal, tratados como relíquias, independente se o objeto é um leque ou uma cama, configura-se em objetos de uso pessoal, como um chapéu, tendo pertencido a uma personalidade, e ganham no museu valor de referência para a sociedade pelotense (BARBOSA, 2012).



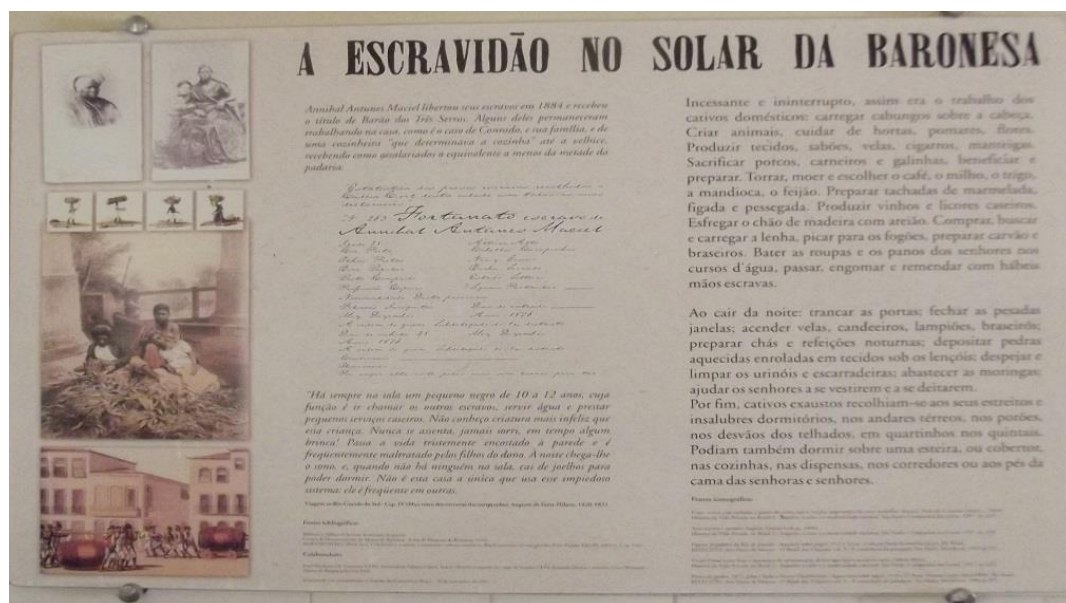


Figura 12: Exposição permanente “cozinha” Museu da Baronesa  
Fonte: MORALES, 2015

Neste museu o negro só aparece representado na cozinha, apenas como escravos(as) e dissociado da relação com o senhor e da resistência à violência do sistema, negando-lhes o estatuto de atores sociais em plena ação na história e na cultura pelotense. As descrições do viajante Saint-Hilaire que esteve na cidade no século XIX, são de horror sob a escravidão. O relato do viajante Saint-Hilaire que está em um dos painéis do Museu, não está falando da escravidão no Solar da Baronesa e sim das Charqueadas:

Há sempre na sala um pequeno negro de 10 a 12 anos, cuja função é ir chamar os outros escravos. Não conheço criatura mais infeliz que esta criança. Nunca se assenta, jamais sorrir, em tempo algum brinca! Passa a vida tristemente encostado a parede e é frequentemente maltratado pelos filhos do dono. À noite chega-lhe o sono, e, quando não há ninguém na sala, cai de joelhos para poder dormir. Não é esta casa a única que usa esse impiedoso sistema: ele é frequentemente em outras. (Auguste Saint Hilaire, 1820 a 1821)<sup>11</sup>.

Os museus devem se basear na pesquisa e investigação como formas de contribuir para a interpretação social, conforme afirma Letícia Julião, “[...] o museu é um lugar de pesquisa e de difusão de conhecimento, os museus devem desenvolver estudos em áreas nas quais podem oferecer contribuições específicas” para a sociedade (JULIÃO, 2002, p. 103).

<sup>11</sup>Fonte: Retirada do painel que se encontra no Museu Municipal Parque da Baronesa. Viagem ao Rio Grande do Sul. Cap. IV Maus-tratos dos escravos nas charqueadas, Auguste Saint Hilares, 1820 a 1821.

### **Capítulo 3 – O Clube Cultural Fica Ahí Pra Ir Dizendo**

O Clube Cultural Fica Ahí Pra Ir Dizendo, foi fundado no dia 27 de fevereiro de 1921 segundo a historiadora Fernanda Oliveira da Silva (2011, p. 124), inicialmente como um cordão carnavalesco por um grupo de amigos: Osvaldo Guimarães da Silva, Renato M. de Souza e João F. Ferreira. Reunidos na praça central da cidade Coronel Pedro Osório, teriam escolhido as cores que identificava o grupo: azul e branco. O Clube teve como exemplo os clubes da elite branca, então formou seu próprio clube, com a sua diretoria compostas pelos seguintes cargos para os associados: presidente Lino Ribeiro, vice-presidente Renato Souza, primeiro- secretário Osvaldo Guimarães da Silva; segundo-secretário Edgar Silva; primeiro orador Joaquim Rallo; primeiro porta-estandarte João Brizolara; diretor musical Antônio Ramos; diretores Felisberto Cuica; Mário Porto; Antero Rodrigues; Jorge Barcelos e José Silva (OLIVEIRA, 2011). O clube, no entanto, “se diferenciou dos demais clubes negros ao colocar em prática um controle sistemático”, quanto ao comportamento de seus sócios, ficando por isso uma imagem de Clube elitizado (OLIVEIRA, 2011, p. 125). Segundo Oliveira, “Em 1930, nota-se que a diretoria do clube era composta só por homens, mas as mulheres também atuavam no clube na organização e fiscalização das festas, tinham uma Comissão de Senhoras” (OLIVEIRA, 2011, p. 126).

Em 1907, começa a transitar nas ruas de Pelotas o primeiro jornal para negros o Alvorada, que foi idealizado por um grupo de jovens operários, para combater o preconceito e a discriminação da cidade, sua fabricação era na sede do Clube Fica Ahí. O Jornal, foi uma forma de um grupo de negros incentivar a sua etnia, para a valorização da cultura, da memória, e da identidade dos negros.

O clube teve três sedes alugadas até comprar o terreno onde está até hoje, cuja sede definitiva foi construída na década de 1950. O clube está em funcionamento até hoje, trabalhando atualmente em um projeto de constituição de um centro de memória e de cultura.

O Clube Cultural Fica Ahí, é um dos únicos clubes negros que está em funcionamento na cidade de Pelotas, desde 1921. Em termos de infraestrutura o Clube passou por reformas físicas várias vezes nos últimos anos, mesmo com todas as dificuldades, vem desenvolvendo várias atividades sociais e culturais como: almoços, jantares e bailes para associados e convidados; oficinas de capoeira e ciclos conversas sobre história e cultura negra em geral, etc.. Encontra-se em andamento a constituição de um centro de memória e de cultura afro-brasileira.

O Projeto de Extensão “Assessoria ao Clube Social Negro Fica Ahí Pra Ir Dizendo no seu processo de transformação em Centro de Cultura Afro-brasileira”, coordenado pela Professora Rosane A. Rubert, tem por finalidade auxiliar na formação de um local de referência da memória e cultura negra na cidade. Outro objetivo é assessoria nos projetos encaminhados aos órgãos públicos para conquistar verbas que viabilizem a infraestrutura do Centro (RUBERT, 2010). O acervo que já está inventariado abarca os seguintes documentos: 805 fichas de sócios que são ou evadidos (não fazem mais parte do Clube) ou falecidos e 17 fichas de sócios frequentadores, que estão sendo organizadas em envelopes individuais, produzidos artesanalmente com cartolina branca; 11 livros de atas que abarcam o período de 1943 a 1992, sendo que existem lacunas neste período, o que quer dizer que alguns livros foram extraviados; 2 livros de debutantes; 1 livro de tesouraria (1935-1945); 4 livros de presença (1939-1983); 2 livros de atas do grupo de jovens; 1 livro de controle de sócios; 240 documentos diversos, como convites, informativos, correspondências, etc. Está em formação um acervo de memória oral com diversos representantes afrodescendentes da cidade de Pelotas.

O propósito deste acervo é que futuramente seja de acesso dos associados e de toda a comunidade em geral. Embora não esteja nos projetos do clube se transformar em um museu, considero que se está trabalhando com alguns bens culturais que devem receber um tratamento de musealização, por que o parágrafo 1º do art. 5º do Estatuto de Museus diz que estes bens podem ser “moveis e imóveis de interesse público, de natureza material ou imaterial, tombados individualmente ou em conjunto, portadores de referência ao

ambiente natural, à identidade, à cultura e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

Os clubes sociais negros foram e são muito importantes para seus associados, são um marco da presença negra em várias cidades do RS. Conforme Giane Escobar (2010), os clubes sociais negros tiveram papel decisivo na inserção dos afrodescendentes na sociedade brasileira. Romperam com os padrões de uma época atuando incisivamente na luta contra o preconceito e a discriminação racial.

### **3.1 As percepções de integrantes do Clube Cultural Fica Ahí sobre o Museu da Baronesa**

O indivíduo afrodescendente, como visitante de museus, depara-se com representações dos seus antepassados sobre a época que está sendo ilustrada, podendo vir a passar de mero espectador à questionador, com uma reflexão sobre as relações sociais e culturais que estão representadas nos objetos expostos nas instituições museológicas, a partir de uma memória voluntária ou seletiva.

A invisibilidade do negro, no âmbito dos museus da cidade de Pelotas-RS, ou da visibilidade apenas pelo lado “negativo”, voltada para situações da escravidão ou submissão, foi o tema da pesquisa participativa que realizei com integrantes do Clube Fica Ahí Pra Ir Dizendo, conforme já apontei na Introdução deste trabalho. Segundo Nila Rodrigues Barbosa, ao abordar a exposição de objetos de violência contra negros escravizados em vários acervos de museus, afirma que eles são utilizados para erigir fronteiras simbólicas entre negros e brancos. Segundo ele, estes objetos de tortura têm um propósito, do qual muitas vezes não nos damos conta,

[...] Os objetos em acervos e coleções museológicas possuem significações que são sempre atribuídas pelos grupos sociais que os criam e ou modificam. Por isso, em um museu, objetos podem traduzir concepções de nação e narrativas sociais que essas instituições empreendem e atores sócio-político-históricos que privilegiam (BARBOSA, 2012. p. 38).

Portanto vejo que as instituições museais da cidade de Pelotas-RS não se preocupam com a mensagem que os objetos estão transmitindo para os afro-descentes. Apresento agora, as percepções de alguns integrantes do Clube Fica Ahí sobre a exposição que foram visitar no Museu da Baronesa.

O Sr. Raul Borges, presidente do Clube, apesar de ter vivido a maior parte da sua vida em Pelotas, admite que esta foi a primeira vez que entrou naquele Museu para conhecer a sua exposição:

Raul Borges: Eu não conhecia, tinha conhecimento, assim, mas não conhecia o conteúdo que tem lá dentro. Eu conhecia na época que desenvolvia o Setor de Policiamento, que eu trabalhava, eu passava ali fazia uma visita ali, mas não tinha o conhecimento do que tem de importante lá dentro.

Colocamos anteriormente que geralmente os museus abordam a presença negra apenas sob a ótica da escravidão. Sobre os objetos que compõem a exposição do Museu da Baronesa, aqueles que dizem respeito a presença negra, o Sr. Raul Borges considera que não contemplam a contento sequer o período da escravidão no município de Pelotas e região:

Patrícia: É foi bem legal a experiência. E assim como afrodescendente o Sr. se vê representado ali dentro do Museu?

Raul Borges: Eu achei ali na, **pouca coisa afrodescendente, pouca coisa tem ali**, na parte da cozinha, dos escravos, o problema das telhas ali que foi construída, lá em cima, que foi construída pelos escravos. Mas eu não achei grande coisas, teria que ter ali, parece-me que tinha é material de afrodescendente ali, tinha umas correntes, as argolas que prendiam os escravos na época, eu não sei, por que não apareceu.

Patrícia: O que o Sr. achadas exposições ali no Museu?

Raul Borges: **É eu queria ver mais coisas porque o negro foi criado como escravos nessas Estâncias, por esses Maciel ali que eram donos da cidade de Pelotas, teria que ter mais coisa de negro.** Teria que ter material que usava na Charqueadas, teria que ter matéria que era usada nas correntes onde prendiam os escravos que prendiam na perna. Eu tenho um material ali que era de prender na canela dos escravos que era com chave, teria que ter lá. **E esses casarões na área de Pelotas todos eles, abrigavam escravos e teve o pessoal, com a lei que criaram, foi desaparecendo, esconderam.** (Grifos nosso)

Cátia, que também foi pela primeira vez ao Museu, também se ressentiu da ausência de elementos que pudessem esclarecer o cotidiano escravo do próprio casarão da Baronesa:

Cátia: Achei bem interessante só que falta algumas coisas, assim, como a etnia negra poderia mostrar mais, a parte da escravidão, que eu achei que faltou isso, até uma das partes que eu conversei contigo. Que, cadê a senzala, aonde estava a senzala? Seria bem interessante se trouxesse aquilo dali, o que aconteceu na parte da senzala que não mostra, ali. Mas as outras partes são interessantes, até bem interessantes, **só faltou a parte da etnia negra.** (Grifo nosso).

Um dos painéis que retrata a escravidão no Solar da Baronesa traz a informação do viajante francês Saint-Hilaire de uma criança escrava, entre 10 e 12 anos, que ficava o tempo todo sentada, disponível para qualquer afazer. Cátia sentiu falta de ver esta cena representada na exposição do Museu quando pergunto se como afrodescendente ela se vê representada nas exposições:

Cátia: Muito pouco. Muito pouco, até eu tinha conversado contigo ali na parte que tu me falou que tinha um negrinho, e cadê aquele negrinho ali no museu? Aonde está alguma coisa que representasse ele? Poderia ter uma estátua, alguma coisa que representasse. Por exemplo, a senzala: por que que isso não tem [no Museu] se tinha? Por que é que destruíram essa parte?

A presença de poucos materiais sobre a presença negra nos museus é associada, pelo Sr. Raul Borges ao histórico de discriminação deste segmento na história do Brasil:

Raul Borges: Não me sinto representado, não. O negro, a cidade de Pelotas foi construída pelo negro, é tanto nas olarias, nas charqueadas vários segmentos que o negro se destacou. Por que na realidade, eu falei a pouco tempo, eu não acompanho assim, **na história geral o negro ele sempre foi discriminado pelos padrões antigos**, por que o negro é uma etnia muito inteligente. Tu podes olhar uma coisa, se tu colocares.... **Eles não querem negro que seja Presidente da República, não existe um general preto**, existiu agora um Presidente dos Estados Unidos, isso foi pelo, uma grande novidade, como se diz, um milagre. No Brasil eu não vejo um general do exército, que o ultimo general que tem, ser negro, não existe, não sei por qual é a razão. O negro só se destaca no futebol. Por que que ele se destaca? Porque eles precisam dele, se não ele sai fora daqui e ninguém ganha de ninguém, então eles precisam do negro. (Grifo nosso).

Além de achar que tem pouca coisa na exposição do Museu da Baronesa sobre a presença negra, tanto e durante a visita como na entrevista, o Sr. Raul estranhou muito a imagem do manequim representando uma mulher negra na cozinha. Para ele passa uma visão fantasiosa sobre o cotidiano das mulheres negras nos casarões de Pelotas:

Raul Borges: Eles ali mostraram a indumentária do afrodescendente trabalhando na cozinha, entendeu? Ali tá mostrando a negra na beira da cozinha com um chapéu. **Que na realidade quando ela cozinhasse, ela não usava aquilo, eles não deixavam, ela usava um pano na cabeça**, um estilo de turbante, era uma coisa que elas usavam, **não era aquele chapéu. Aquilo ali é chapéu de festa.** (Grifo nosso)

O estranhamento a respeito do manequim negro na cozinha se manifestou também junto a outros integrantes do Clube que foram visitar o Museu:

Patrícia: E outra pergunta, assim, como afrodescendente tu te vê representada naquele museu? Porque?

Bianca: Não, de maneira nenhuma, porque eu acho que não conta a história do negro realmente, sabe, daquela época até os dias de hoje, não conta nada assim. Aquele manequim na cozinha não significa nada, não representa o que os negros passavam realmente antigamente.

Patrícia: Aquele manequim o que ele passa para ti como afrodescendente...

Bianca: Como tu quer dizer, assim, na nossa etnia?

Patrícia: Isso.

Bianca: [Risos] É bem aquilo, assim, negro na cozinha, tu entendeu? Continua esse preconceito, sabe, quando a gente enxerga, assim, o manequim preto na cozinha. É só ali que a gente é representado, sabe, então...

Os visitantes afrodescendentes reclamam que as exposições sobre o negro no museu precisam contemplar as novas posições sociais que começam a ocupar após muitas décadas de luta pelo acesso ao ensino superior:

Maria Tereza: Não, eu penso assim, não menosprezando a cozinheira, minha mãe foi empregada doméstica, não menosprezando aqueles afazeres, que hoje em dia realmente todos esses afazeres a gente faz. Mas outras coisas, outros valores dos negros não são apresentados.

Patrícia: Sim, tu tens essa mesma visão?

Estela: Podia ser mostrado muito mais coisas também, porque negro não é só cozinhar, o negro tem o seu valor, hoje em dia tem negros médicos, advogados, engenheiros, então eu acho que tem muito a mostrar ainda.

Maria Tereza: A parte social por exemplo, ali a parte social do negro não foi falado, a religião, poderia ter alguma coisa ali. Por que, por exemplo, deles [os senhores] ali mostra as capelinhas que eles tinham em todas as casas, os oratórios, mas a parte do negro, ali não mostra nada.

Letícia, a última entrevistada considera que o manequim da cozinheira negra não revela nada sobre a presença negra no Solar e na cidade:

Letícia: Não nem um pouco, porque não conta nada da história. Na verdade, lá o que acontece a única peça que tem é uma negra na cozinha, podia ser uma branca na cozinha, podia ser uma índia na cozinha, não está me contando a história aquilo ali não me diz nada.

Para Letícia o problema não é o manequim negro em si, até porque todo mundo sabe que tanto naquela época como agora, são principalmente as mulheres negras que fazem os serviços domésticos. Para ela o principal problema é a falta de informações que permitissem que os visitantes conhecessem mais sobre o cotidiano da escravidão na época:

Letícia: Não, eu não tenho essa visão crítica, que embora as pessoas digam que existe muito racismo, eu vejo ela como qualquer outro ser humano que tivesse na cozinha, porque o museu ele não me conta a história, o que aconteceu, o que eles passaram lá dentro. Então para mim é muito natural ao chegar lá e ver uma negra na cozinha, aquilo não me assusta porque era daquele jeito, assim como é hoje, ainda as negras estão na cozinha, muito mais negras do que brancas domésticas. Existe muita gente ainda estudando sim, existe muita gente estudando, mas não isso não me causa nenhum espanto. Eu ia me surpreender se eu visse uma branca na cozinha, por ser naquela época, porque eu estou em um museu que estamos falando de 1900 e tanto, ou 1800 e tanto né. Ai sim causaria espanto, mas para mim é normal até porque não tem nada dizendo que ela foi maltratada, me dizendo que ela foi estuprada, não tem relato nenhum, entende? Para mim é uma empregada doméstica, como qualquer outra casa precisava naquela época. Embora eu sabia que sim, houve uma escravidão, que não foi desse jeito, mas o museu, eu olhando o museu não me conta, então para mim era só uma empregada.

Para o Sr. Raul, portanto, o Museu representa apenas a presença da alta sociedade na formação da cidade de Pelotas:

Raul Borges: Eu, a única coisa que eu vi ali, sinceramente, que eu achei ali, foi mostrar como é que era a sociedade na época, vi uma mesa grande, umas roupas da alta sociedade, mas do negro mesmo não tem nada lá. O negro como escravo, que representou aquele fogão, de resto não vi mais nada, até sei porque que tem aquele museu.

Bianca: E o negro na cozinha como escravo.

Pode-se responder aos anseios do Sr. Raul argumentando que o Museu da Baronesa, se propõe a trabalhar prioritariamente com a história da família Antunes Maciel. Mas as suas críticas podem ser interpretadas como uma forma de queixa pela ausência de um espaço museológico que contemple também a memória da presença negra na cidade:



Raul Borges: Eu, primeira coisa que eu queria ver ali era uma estátua do que tem lá no, do.... Esse que nós representamos aqui, Zumbi dos Palmares, era para ter uma estátua de bronze do Zumbi dos Palmares ou do marinheiro aquele que era do Seival. Teria que ter uma estátua e mostrar o trabalho do negro, tinha que ter mostrado ali a charqueada, a forma do negro carregando e fazendo o charque, porque na realidade quem abatia os animais na época era o negro, teria que ter isso aí, teria que mostrar a forma que eles dormiam, o que eles comiam, teria que ter ali. Por que dizer que uva com leite faz mal? Isso era para o cara não comer, isso era da época dos escravos. Não come melancia com vinho por que faz mal. Isso aí tudo era na época dos escravos, para não dar para eles, então amedrontavam. Então o que eu vejo ali na Baronesa, tem que mostrar muita coisa se representa a etnia negra, ali que é um museu.

Ao fazer a indagação sobre como a representação da presença negra na cidade poderia estar mais contemplada no Museu, obtive as seguintes respostas:

Cátia: Como é que eu gostaria de ver, que eles representassem? Que acrescentasse mais coisas, mais algumas coisas. Colocasse, sei lá, a representação da senzala, colocassem mais personagens que contasse as histórias. Que ficou muito, a parte negra ficou muito para trás, ficou muito vago isso aí. Que eles colocassem mais algumas coisas, falassem mais sobre a etnia negra ou alguma coisa sobre a senzala, alguma coisa [sobre] como é que era.

Para Bianca, um pouco diferente de Cátia, as exposições sobre a presença negra nos Museus devem contemplar não apenas o passado de escravidão, mas também o presente e, principalmente, apontar para novas relações no futuro:

Patrícia: E que sugestões que tu terias para fazer, para que seja contada a história do negro com uma representação mais digna, mais positiva. Que sugestões tu trarias?

Bianca: Nossa, hoje em dia é bem complicado ainda, porque aqui na cidade de Pelotas, eu acho que Pelotas ainda é uma cidade muito racista, muito racista mesmo. Mas creio eu que com mais cartazes, vídeos, puxando mais palestras sabe, voltando mais para a negritude, eu acho que chamaria mais atenção, eu acho assim.

Patrícia: E que tipo, assim, de imagem Bianca tu gostarias de ver naquele museu ou em outros museus. Que tipo de imagem sobre a presença negra que te chama atenção, que tu gostarias de ver?

Bianca: Assim oh, como museu é antigo, atrás uma época diferente da nossa. Mas eu queria ver o negro vitorioso, sabe, de hoje em dia, porque o negro tá mudando, está crescendo, tá evoluindo, sabe? Não é mais aquilo que os olhos de outras pessoas veem.

Assim como os outros integrantes do Fica Ahí que visitaram o Museu, Letícia sente falta de uma história mais detalhada, de forma que o Museu

realmente informe sobre os fatos ocorridos e como se davam as relações e o funcionamento da sociedade escravista na época:

Patrícia: Avaliando a forma de como está sendo contada a história do negro no museu, para você é suficiente?

Letícia: No museu? Não, porque para mim não está sendo contada se existia negros que trabalhavam lá. Eu acredito que deveria ter ou uma senzala ou um dormitório, o número de escravos, se eram escravos ou libertos. Toda essa parte, vestimentas ou como chegaram, não tem essa história lá. Então não tem história representada do negro dentro do museu, tem alguma coisa, como eu te disse, que eu vi ali a negra na cozinha, depois tem uma partezinha, uma ou outra coisa, quantos negros escravos tinham por charqueadas, mas detalhadamente, a história, não. É uma pincelada, porque sabes que existiu.

Patrícia: E qual a sugestão assim terias de fazer para contar a história da presença negra de uma maneira mais digna?

Letícia: Eu acredito que deveria, assim, eu acho que as coisas têm que se modificarem com o tempo, então eu acredito que se tinha que criar um espaço para se contar o que aconteceu realmente na Baronesa, se vai se falar do negro ou não. Eu não sei porque eu não vivi naquela época, mas eu queria que tivesse, eu queria fosse mais digno, assim, não é digno a palavra. Ah, eu não sei explicar, mas eu acho que é, assim, o se realmente aconteceu, se existiu negros escravos, toda a história. E não só de chapéu, de óculos, de móveis, teria que ser contada também... Eu penso nisso. Teria que se criar um espaço onde se tivesse, não digo as vestimentas, mas como eles chegaram, quem comprou, quando é que foi o liberto, quem ficou depois que foi feita alforria deles, enfim eu acho que tinha que ter esse espaço sim.

Segundo Bianca, a forma como o negro está representado alimenta o sentimento de inferioridade. Para ela é importante transmitir para as crianças negras, que o negro não era só o escravo, e sim ele tem o seu valor, perante a sociedade.

### **3.2 A proposta de um centro de cultura afro-brasileira**

O Centro de Cultura Afro-brasileira do Clube Fica Ahí foi antecedido pela instalação de um Ponto de Cultura, pela Universidade Católica de Pelotas, conforme relata o presidente do Clube:

Raul Borges: Desde o início. A Universidade Católica eu tive um encontro com a professora Fernanda Marroni, e ela criou e disse assim. Ela deu a ideia de criar um Ponto de cultura aqui, uma extensão de um Ponto de Cultura, mas com base na Católica. E aí eu

disse olha eu não tenho nada, e ela disse mas a gente tem. Ai conseguiu para nós computador, mesa o material, e se instalou aqui um Ponto de Cultura cedido a Universidade Católica.

O trabalho de organização do acervo teve prosseguimento com professoras do Departamento de História da UFPel, que foram sucedidas pelo Projeto de Extensão em andamento coordenado pela Professora Rosane Rubert do Departamento de Antropologia e Arqueologia:

Raul Borges: Veio quatro acadêmicos do curso de Museologia, para fazer trabalho de limpeza. Ai começaram a colocar os números no material, aquele material lá foi ainda a professora da Católica que recuperou, estava atirado num canto, ela veio aqui e olhou. Ai começamos com a Universidade Federal, veio com a professora Lorena [Gill], ai ela veio, uma professora muito querida, fez o trabalho delas, veio as gurias e foi indo. Com a inserção a Universidade Católica, veio a professora Rosane, fez um trabalho aqui junto com o Rubinei. [...] Mas o trabalho que foi feito aqui para arrecadar, para o Estado mandar verba para isso aqui, isso foi a professora Rosane e o Rubinei, que criaram esse espaço, a professora Heloisa também estava junto. Mas o pontapé inicial, iniciou na Católica, depois passou para professora Rosane.

O depoimento do Sr. Raul aponta o quanto é importante a aproximação das organizações negras da cidade por parte da Universidade. Ao ajudar a direção do Clube a concretizar seus projetos, este passa a ter novas funções e um outro grau de visibilidade diante da sociedade regional:

Raul Borges: Olha, eu vejo assim, como é que eu vou lhe dizer? Eu não tenho aquele grande conhecimento, intelectual sobre... Mas criou uma perspectiva muito grande de trazer o pessoal para dentro do Clube, e ficamos feliz que tem o pessoal da Universidade aqui dentro, porque são coisas que muitas vezes tu, não tens aquele conhecimento, mas tem aquelas pessoas que tem. É o teu caso, chega um pessoal perguntado, eu não sei, mas tenho uma menina que sabe disso aqui, ela está fazendo o trabalho dela aqui dentro, mas ela pode te dar uma explicação. Para nós foi um marco muito importante, isso daí foi histórico para o Clube Fica Ahí, e talvez o único Clube do Rio Grande do Sul que tem isso que é o Fica Ahí. Os outros que eu tenho visitado não tem, porque o Floresta Aurora que é o mais antigo, depois mudou de local, talvez acho que nem biblioteca ele tem, não posso dizer se tem ou não, que não tem. Montenegrina também não.

Mesmo que o Centro de Cultura esteja ainda em uma fase de organização, oferecendo poucas atividades, isso já vem atraindo outras pessoas para o seu espaço, como é o caso de Cátia:

Patrícia: Eu te faço uma pergunta, assim, o clube está desenvolvendo várias atividades como centro cultural. Como é que tu vê, assim, a importância do clube para a comunidade pelotense e a negra em particular?

Cátia: Com certeza, por causa da cultura, na realidade eu quis trazer minha família para cá exatamente por causa da cultura, para a gente saber mais. É como eu te disse: eu não sei ainda tudo, mas as minhas origens eu quero saber. Por isso que eu entrei, trouxe a minha filha, meu marido para conhecer mais, é muito importante a gente saber. E não só para nós negros, acho que é para todo mundo, para toda a comunidade, porque isso é história e história é cultura.

Letícia é outro exemplo de pessoa que passou a se integrar ao clube em razão do projeto de criação de um Centro de Cultura. Embora diferente de Cátia, ela já frequentasse o clube antes, pois seu pai, Rubinei Machado, que faleceu prematuramente, foi um dos idealizadores deste Centro. Leticia tem por objetivo hoje prosseguir com os trabalhos do pai:

Letícia: Eu vim para o Clube em função do Ponto de Cultura, hoje eu me detive mais na parte da Biblioteca, em organizar o acervo, em organizar o espaço, essa é minha função hoje aqui. Faço um pouco, junto com a secretária, a função de divulgação dos eventos, a parte da prestação de contas também faço um pouco, e o que mais precisarem. Mas o meu foco é na biblioteca.

Patrícia: E tu acompanhou o Ponto de Cultura a partir da Universidade Católica?

Letícia: Não, eu só vim para o Clube única e exclusivamente por causa do meu pai, depois que ele faleceu. Então o que aconteceu antes, eu sei de ouvir algumas coisas ele falando, mas eu não participei de nada. Eu entrei para o clube [para trabalhar como voluntária] em agosto do ano passado.

Bianca se envolve mais com as atividades sociais tradicionais do clube, como os almoços e bailes. Como atende mais a parte da secretaria, acompanhou de uma forma um pouco distante a implantação de um Ponto de Cultura pela UCPEL, se envolvendo de maneira mais direta com o Centro de Cultura, um pouco mais recentemente.

Patrícia: E tu tem conhecimento do Centro de Cultura Afro, que está sendo desenvolvido aqui no clube, tens participado da construção? O que é que tu acha do Clube se tornar um Centro de Cultura Afro?

Bianca: É ótimo, ainda mais para hoje em dia, eu acho que tem que ter uma referência. Então aqui a gente está tentando, e que é bem complicado porque assim oh, a gente tentou ter oficinas afros. Então a oficina de dança afro mesmo, que a gente teria que implantar, a gente não conseguiu, porque aí tu vê que ainda existe preconceito, apesar da gente ser um Centro de Cultura Afro, ainda tem, sabe? Então a gente teve que ir para o outro lado na oficina, outro lado de dança, procurar outro ritmo para poder chamar gente, porque se não a gente não ia conseguir.

Patrícia: Mas, tu diz do preconceito, como assim Bianca, qual tipo?

Bianca: Geral, o preconceito ainda contra os negros, tu entendesse? Porque é um Centro de Cultura Afro, porque não dançar a dança afro? Não tem procura, entendesse? Tanto de negros ou, não tem procura. A dança afro é feia, é isso, é aquilo, ainda tem esse tipo de preconceito.

A entrevista de Bianca foi bem importante para a indicação de vários problemas que o Clube vem enfrentando, tanto na retomada das atividades convencionais como no processo de construção do Centro de Cultura. Um destes problemas é o fato do Clube ter ficado muito tempo fechado para reformas exigidas pelo Corpo de Bombeiros, o que afastou os sócios. Outro problema é que as atividades que vem sendo propostas atualmente são mais direcionadas para o público jovem, que não possuem um vínculo orgânico com o Clube, o que reforça o afastamento dos associados antigos:

Patrícia: E a questão dos sócios ativos, Bianca, do Clube, porque essa coisa deles não participarem as vezes não vir?

Bianca: Das atividades, tu diz? Os sócios daqui do clube são sócios, como tu dissesse, antigos, **eles são pessoas mais velhas que estão colaborando com o clube por amor ao Fica Ahí mesmo**, sabes? Porque faz anos que são sócios, mas o pessoal não veem sabe. Não entendo, porque a gente não consegue entender o porquê, mas é muito difícil, não sei porque se é por causa da idade, pode ser, mas a gente não entende porque.

Patrícia: E assim, vocês estão trabalhando com a possibilidade desses sócios voltarem?

Bianca: A gente está pensando nisso, a gente está com projeto tentando agora esse ano, mais para frente, começar a fazer chá para idosos, assim, para tentar trazer de volta, para verem que o clube anda está de pé, não é só para gente jovem. **Eu acho que eles têm essa ideia ainda que o Fica Ahí mudou, que agora é só jovens, mas não é.**

Patrícia: E tem bastante jovens vindo ou como é que é assim?

Bianca: Tem jovem vindo, mas o jovem ele não é sócio, entendesse? **Quando tem certos tipos de festas o jovem até vem, mas não como sócio, é outro problema também.**

Patrícia: E tu está satisfeita com as atividades sociais e culturais que o clube vem proporcionando?

Bianca: Espero mais, esperava bem mais. Porque teve uma época que o Fica Ahí estava bem ativo, agora a gente está começando novamente, **foram dois anos praticamente fechados**, então a gente está recomeçando e queremos ir muito mais além, voltar o que era antes. (Grifo nosso)

Dona Maria Tereza, faz parte da comissão cultural do clube e tem procurado acompanhar as atividades técnicas quem vem sendo realizadas: “Eu estou acompanhando e integrando, tenho muito ainda o que aprender com as pessoas mais esclarecidas e eu acho muito interessante essa parte”. Ela

também tem ficado atenta aos novos desafios que a ideia de um centro de cultura traz ao clube, e também fala do descompasso entre as gerações:

Maria Tereza: Eu acho, assim, primeiramente muito sócios mais antigos estão mais acomodados, acomodados as vezes até por saúde, doença ou coisa assim. E os mais novos, eles não tão, eu acho que falta mais chamamento para eles dentro do Clube, porque eles estão tendo mais atração fora, assim, em clubes fechados. Então isso aí está fazendo falta, nós clube para chamar o pessoal para voltar. Porque o pessoal jovem não tá muito... Eles vêm para uma festa, uma roda de samba de final de semana e é só aquilo dali, outras atividades que tu faças eles não... Pouquíssimas...

Como voluntária do projeto, venho participando de reuniões de planejamento de atividades específicas para os associados, ex-sócios e colaboradores antigos, de forma a contemplá-los na retomada das atividades do Clube.

É uma avaliação da equipe do projeto que como se está em uma fase de organização do acervo e do espaço físico, os sócios que estão frequentando participam mais das atividades sociais e das oficinas culturais. É necessário que a equipe se dedique mais na divulgação entre os associados sobre a formação de um núcleo de memória e cuidados com o acervo de documentos. Estela é um exemplo disso:

Estela: Tu não me faz muitas perguntas, que eu não sei de nada [risos].

Patrícia: São só algumas perguntinhas, se a Sra. sabe do Ponto de Cultura, se a sra. vem acompanhando.

Estela: Eu venho praticando, eu estou nas oficinas de dança.

Letícia: Oficinas de dança que o Ponto proporciona.

Estela: É da zumba, que por sinal é muito bom, e que mais que tem? Vocês me ajudem, o que tem lá dentro?

Letícia: É o teu conhecimento, ela sabe que o Ponto oferece para ela as oficinas e as oficinas que o Ponto oferece, ela pratica uma que é a Zumba.

Patrícia: Mas a questão do acervo que tem, a sra. não tem conhecimento?

Estela: Não tenho conhecimento, e não participo.

Assim como para o Sr. Raul, Letícia considera que a criação do Centro de Cultura é a saída para a permanência do Fica Ahí como uma referência da presença negra em Pelotas, mesmo que seja com um outro estatuto:

Letícia: Eu tenho conhecimento de tudo que acontece no Clube, mas o que eu faço no Clube é diferente, eu sei que tem estagiários trabalhando, eu sei que tem trabalho sendo feito, tem monografia

sendo feita, sei de tudo isso, mas eu não estou ali junto dando continuidade. Eu fico mais na parte da secretaria e da biblioteca.

[...]

Patrícia: O que você acha dessa proposta assim Centro de Cultura direcionada para a presença negra, como é que tu vê, assim?

Letícia: Na verdade eu sou a favor do Clube se tornar um Centro de Cultura, eu já tive várias dúvidas em relação a isso. Primeiro eu achei que tinha que ser preservado, que nós teríamos que ir atrás de sócios, só que, quem está aqui dentro efetivamente todos os dias sabe o quanto é difícil. E um centro de Cultura, ele não anula a história do Clube, eu vejo assim, e transformar um clube em fundação, para mim, eu teria recursos. Porque se a gente não tiver recursos, o que vai acontecer? Embora já tem muita gente envolvida fazendo a parte dos acervos, da digitalização, a gente precisa de dinheiro e assim que terminar este projeto em 2016, com um monte de conta que a gente tem para pagar, o Clube vai fechar as portas. Porque as pessoas não querem se associar, então de sócio a gente não vai sobreviver, para mim o certo era virar uma fundação e sim preservar a história do clube, eu não quero apagar a história do clube, a função de virar uma fundação ou um centro de cultura não apaga, não anula de forma alguma o que aconteceu ali. “Ah, mas o salão principal...” Vai continuar, o salão principal pode continuar fazendo eventualmente festas em datas comemorativas, mas a gente não sobrevive disso, o clube está atolado em dívidas, então para mim se não for através de projetos e não for através de fundação, o clube não anda mais.

O Clube possui um potencial muito grande para a implementação deste centro de cultura, mas isso vai requerer ainda muito investimento de tempo e recursos, além de que é preciso a criação de muito consenso ainda entre os associados e as pessoas envolvidas nas novas atividades que vem sendo desenvolvidas.

## **Considerações finais**

Neste trabalho procurei sistematizar os resultados de uma pesquisa empírica, bibliográfica e de legislação que me proporcionou vários aprendizados. Achei importante sistematizar algumas normas e diretrizes da legislação porque elas serão o suporte da minha prática como museóloga preocupada em inserir nos museus temas que remetem a grupos que foram marginalizados. A revisão bibliográfica sobre as representações dos negros nos museus, além de ter me proporcionado ler textos que não havia lido nas disciplinas do curso, me ajudou a perceber que outras perspectivas museológicas são possíveis. Chama atenção a importância que vem assumindo os museus temáticos, como o Museu Afro-Brasil em São Paulo, e o Museu Afro-Brasileiro em Salvador.

Planejar e realizar as entrevistas e as visitas guiadas foi um grande desafio e aprendizado, pois foi a primeira experiência de pesquisa em que me responsabilizei por todo o processo. Foi muito importante ouvir tanto os responsáveis técnicos dos museus como os integrantes do Clube Fica Ahí, pois me forneceram percepções e detalhes sobre o tema que não teria alcançado de outra maneira. Relendo as entrevistas que foram transcritas posso perceber o quanto preciso aprender a explorar melhor este tipo de metodologia qualitativa, mas vejo também o quanto elas são importantes para podermos compreender o ponto de vista das pessoas.

A história de Pelotas vem sendo contada, nos museus, pela perspectiva da elite, com menções muito vagas ao(s) negros(as) escravizado(as) que os colonizadores trouxeram para a cidade, para trabalhos sub-humanos, e aos indígenas que ocupavam as terras. Os museus da cidade estão celebrando nos ambientes expográficos, a memória e o poder da elite pelotense, e no mesmo ambiente omitindo a realidade de um passado permeado por conflitos.

Problematizar a representação do negro produzida nas exposições, poderá fazer com que, segundo as autoras Maria Angélica Zubaran e Lisandra Maria Rodrigues Machado (2013), por meio dessas exposições museológicas “poderão ser constituídas outras histórias, de outras culturas e de identidades plurais” (2013, p. 119). Portanto a importância de se refletir sobre a



representação e a valorização de etnia negra, nos ambientes expográficos da cidade.

Os museus da cidade não contemplam, nos ambientes expográficos, sobre as ações de liberdades movidas pelos escravos da cidade, sobre as irmandades de negros pelotenses para alforria de outros irmãos de cor, não falam da discriminação, preconceito, os cordões carnavalescos e clubes de negros. É muito fácil representar uma etnia através de objetos que foram utilizados para castigos, sem questionar sobre o que esse objeto transmite para com seus descendentes.

O fato de ter me dado conta, só depois de finalizar o projeto de pesquisa, ao conversar com os integrantes do Clube Fica Ahí para ser entrevistados, que eles praticamente não tinham experiência com museus já é um dado para a reflexão. Isso significa que o museu é uma instituição distante para este segmento. Acredito que para eles, visitar um museu com um objetivo especial significou uma oportunidade de refletirem sobre eles próprios enquanto coletividade, qual o lugar que ocuparam historicamente na cidade de Pelotas. Mas acho que a principal reflexão que essa experiência proporcionou, considerando seus depoimentos, foi sobre os estereótipos que eles enfrentam como afrodescendentes. Considero importante ainda eles pararem para pensar sobre como gostariam de serem representados no museu, pois me pergunto se eles já haviam feito isso antes. Considero ainda relevante as sugestões que dão sobre isso, pois elas indicam que de fato há necessidade de espaços museológicos ou centros de cultura específicos sobre este tema.

O Clube Fica Ahí é muito importante para a comunidade negra, pois com todas as dificuldades do passado e de agora, nunca deixou de lutar por um lugar de referência para a etnia negra perante a sociedade pelotense. Depois de ficar tanto tempo fechado para reformas físicas, a retomada das atividades vem sendo um desafio, pois naturalmente algumas pessoas que estavam envolvidas com o Clube se afastaram e apenas lentamente estão retornando. A criação de um Centro de Cultura é um desafio que está apenas começando, pois as atividades e rotinas novas requerem uma equipe de trabalho que não necessariamente o Clube dispõe. Neste sentido, o apoio técnico das Universidades da região é fundamental, embora haja a necessidade de

estreitar o diálogo entre estas instituições e o conjunto dos associados. Outra questão que merece atenção é ajustar as atividades aos diversos públicos que frequentam o Clube com finalidades diferentes e mantem com a instituição vínculos diferentes, para que todos se sintam contemplados.

Sinto que a pesquisa não está finalizada, porque poderia abranger um número muito maior de pessoas e levantar questões que precisam ser aprofundadas. Mas ela é importante por que revela que o acesso dos afrodescendentes ao ensino superior permite que outras histórias sejam contadas, especialmente dos grupos excluídos, que temas novos sejam abordados e que antigos temas sejam vistos de uma maneira diferente.

## Referências Bibliográficas

ABREU, Regina Maria do Rego. **Antropologia e Patrimônio Cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2006, p. 21-43.

AL-ALAM, Caiuá Cardoso. A cidade que me contaram, a cidade que conheci e a cidade que passo a narrar. In: **A negra força da princesa: polícia, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857)**. Pelotas: Edição do Autor; Sebo Icária, 2008.

BARBOSA, Nila Rodrigues. **Museus e etnicidade – o negro no pensamento museal**: SPHAN - Museu da Inconfidência – Museu do Ouro Minas Gerais. 2012. 182f. Dissertação (Mestrado) – Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos (CEAO) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2012.

CLAUDINO, Creusa Aparecida. O conceito de patrimônio e patrimonialização da cultura: considerações sobre educação patrimonial no âmbito dos museus. **RETC (Revista Eletrônica de Tecnologia e Cultura)**, Edição 13ª. Jundiaí, 2013. Disponível em: <http://www.fatecjd.edu.br/retc/index.php/RETC/article/viewFile/160/pdf>

CUCHE, Denys. Cultura e identidade. In: **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: Edusc, 1999.

CUNHA, Marcelo Nascimento Bernardo da. Museus e exposições e suas representações sobre o negro no Brasil. **V Simpósio Internacional do Centro de Estudos do Caribe no Brasil** (Anais Eletrônicos). Salvador, 2008.

CUNHA, Marcelo Nascimento Bernardo da. **Teatro de memórias, palco de esquecimentos**: culturas africanas e das diásporas negras em exposições. 2006. Tese (Doutorado) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2006.

DOMINGUES, Petrônio. Um “templo de luz”: Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 39. Rio de Janeiro, 2008.

ESCOBAR, Giane Vargas. **Clubes sociais negros**: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial. 2010. 221f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2010.

FERREIRA, Rebeca Campos. Cultura imaterial e educação patrimonial: notas sobre museus e o valor educativo do patrimônio intangível. **Museologia e Patrimônio**, v. 3, n. 2. Rio de Janeiro, 2010.

FREITAS, Joseania Miranda. Museu Afro-Brasileiro: ações afirmativas de caráter museológico no novo setor da herança cultural afro-brasileira. I **ENECULT** (Anais Eletrônicos). Salvador, 2005.

GAMA, Elizabeth Castelano. O Museu Afro-Brasil (SP) como lugar de memória e salvaguarda do patrimônio cultural para o povo-de-santo: narrativas institucionais sobre o Candomblé. **XVI Encontro Regional de História-ANPUS** (Anais Eletrônicos). Rio de Janeiro, 2014.

GASKELL, George. Entrevistas Individuais e Grupais. In: BAUER, M.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 64-89.

GOMES, Alexandre Oliveira; OLIVEIRA, Ana Amélia Rodrigues de. A construção social da memória e o processo de ressignificação dos objetos no espaço museológico. **Museologia e Patrimônio**, v. 3, n. 2. Rio de Janeiro, 2010.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. A recepção do instituto da ação afirmativa pelo Direito Constitucional Brasileiro. In: SANTOS, Sales Augusto dos (org.). **Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação, 2005. p. 47-82.

GUIMARÃES, Roberta Sampaio. De monumento negro a território étnico: os usos do patrimônio na produção de espaços urbanos diferenciados. In: TAMASO, I.; LIMA FILHO, M. F. (orgs.). **Antropologia e Patrimônio Cultural: trajetórias e conceitos**. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2012.

GUTFREIND, Ilda. O negro no Rio Grande do Sul: o vazio historiográfico. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 16, n. 1-2, jul./dez. 1990. p. 175-187.

JULIÃO, Letícia. A pesquisa histórica no museu. In: **CADERNO de Diretrizes Museológicas I**. 2ª edição. Brasília; Belo Horizonte: Ministério da Cultura; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Departamento de Museus e Centros Culturais; Secretaria de estado da Cultura; Superintendência de Museus, 2006, p. 93-105.

LEAL, Noris Mara Pacheco Martins. **Museu da Baronesa: acordos e conflitos na construção da narrativa de um Museu Municipal - 1982 a 2004**. 2007. 103f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Porto Alegre. Porto Alegre, 2007.

LONER, Beatriz Ana, GILL, Lorena Almeida. Clubes carnavalescos negros na cidade de Pelotas. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 35, n. 1, p.145-162. Porto Alegre, 2009.

LONER, Beatriz Ana. Associações negras. In: **Construção de Classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)**. Pelotas: Editora Universitária; Unitrabalho, 2001.

LOPES, Maria Aparecida de Oliveira. Museu Afro Brasil: Ampliando e Preservando os Bens Materiais e Imateriais da Cultura Afro-Brasileira. **Revista Patrimônio e Memória**, v.4, n.1. Rio de Janeiro, 2008.

MAY, Tim. **Pesquisa Social**: questões, métodos e processos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MELLO, Marco Antonio Lírio de. **Reviras, Batuques e Carnavais**: a cultura de resistência dos escravos em Pelotas. Pelotas: Editora da UFPel, 1994.

NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. Diversidade e sentidos do patrimônio cultural: uma proposta de leitura da trajetória de reconhecimento da cultura afro-brasileira como patrimônio nacional. **Anos 90**, v.15, n. 27, p.233-255. Porto Alegre, 2008.

OLIVEN, Ruben George. A invisibilidade social e simbólica do negro no Rio Grande do Sul. In: LEITE, I. B. **Negros no sul do Brasil**: invisibilidade e territorialidade. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

OLIVEIRA, Ana Amélia Rodrigues de. **Juntar, separar, mostrar**: memória e escrita da História no Museu do Ceará (1932-1976). Fortaleza: Museu do Ceará/Secult, 2009.

PELEGRI, Sandra C. A., FUNARI, Pedro Paulo. **O que é Patrimônio Cultural Imaterial**. São Paulo. Editora Brasiliense, 2008. (Coleção Primeiros Passos; 331).

PIOVESAN, Flavia. Ações afirmativas sob a perspectiva dos direitos humanos. In: SANTOS, Sales Augusto dos (org.). **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação, 2005. p. 35-45.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10. Rio de Janeiro, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, v. 2, n. 3. Rio de Janeiro, 1989.

ROSA, Estefania Jaékel da. Identidade Afro-brasileira: um diálogo entre memória e cultura material. **Revista Memória em Rede**, v.2, n.3. Pelotas, 2010

RÚSSIO, Waldisa Guarnieri. Museu, museologia e formação. **Revista de Museologia**, v. 01. Ano 01. São Paulo, 1989.

SANTINI, Valesca Henzel. **Charqueada São João**: um lugar de memória onde os tempos se misturam. 2011.45f. Trabalho de Conclusão de Curso, Museologia. Porto alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

SANTOS, José Antônio dos. **Raiou a Alvorada: intelectuais negros e imprensa. Pelotas (1907-1957).** Pelotas: Ed. Universitária, 2003.

SANTOS, Laedna Nunes; MENDONÇA, Elizabete; BONFIM, Wellington. A lei federal 10.639/03 e o Museu Afro-brasileiro de Sergipe (MABS). **Revista Musear**, ano 1, n. 1. Ouro Preto, 2012.

SANTOS, Sales Augusto dos (org.). **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas.** Brasília/DF: Ministério da Educação - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. (Coleção Educação para Todos).

SILVA, Alexandre, FERREIRA, Luzia Gomes. Entre o etnográfico e o artístico: cultura material africana no cenário museológico. **Revista Tucunduba**, v. 1, n. 1. Belém, 2010.

SILVA, Fernanda Oliveira da. **Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços:** associações e identidades negras em Pelotas (1820-1943). 2011. 228f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SILVA, Nelson Fernando Inocêncio da. **Museu Afro-Brasil no Contexto da Diáspora:** dimensões contra-hegemônicas das artes e culturas negras. 2013. 241f. Tese (Doutorado em Artes) – Programa de Pós-Graduação em Arte, Universidade de Brasília UnB. Brasília, 2013.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da; LIMA Fº, Manuel Ferreira. Por uma Antropologia do objeto documental: entre “a alma nas coisas” e a coisificação do objeto. **Horizontes Antropológicos**, ano 11, n. 23. Porto Alegre, 2005.

SIMÃO, Ana Regina Falkembach. **Resistência e acomodação:** a escravidão urbana em Pelotas – RS (1812-1850). Passo Fundo: UFP, 2002.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. In: LIMA Fº, M. F.; BELTRÃO, J. F.; ECKERT, C. (orgs.). **Antropologia e Patrimônio Cultural:** diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau: Nova Letra, 2007.

VILASBOAS, Ilma Silva. Os percursos do negro em Porto Alegre: territorialidade negra urbana. In: SOUZA, Vinícius Vieira de. **Museu de Percurso do Negro em Porto Alegre.** Porto Alegre: Ed. Porto Alegre, 2010, p. 9-74.

ZUBARAN, Maria Angélica, MACHADO, Lisandra Maria Rodrigues. O que se expõe e o que se ensina: representações do Negro nos Museus do Rio Grande Do Sul. **Momento**, v. 22, n. 1, p. 91-122. Rio Grande, 2013.

## Documentos Jurídicos

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: [http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988\\_05.10.1988](http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988)  
Acessado em: 22.04.15.

BRASIL. Lei Federal nº 10.639/03: Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". D.O.U. de 9 de janeiro de 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm). Acessado em: 22.03.15.

BRASIL. Decreto Lei 3.551 de 2003. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>. Acessado em 12.03.15

BRASIL. Decreto Lei nº 25.11 de 1937. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>. Acessado em 01.04.15

BRASIL. Lei nº 11.904 de 2009 (Estatuto dos Museus). Disponível em: <http://www.museus.gov.br/tag/estatuto-de-museus/>. Acessado em: 10.03.15.

ONU. Convenção para a prevenção e a repressão do crime de genocídio. 1948. Disponível em: <http://www.dudh.org.br/declaracao/>. Acessado em 22.02.15.

ONU. Convenção Internacional Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial. Disponível em: [http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo](http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo) Acessado em: 22.04.15.

UNESCO. Carta de Caracas. 1992. Disponível em: [http://www.revistamuseu.com.br/legislacao/museologia/decl\\_caracas.asp](http://www.revistamuseu.com.br/legislacao/museologia/decl_caracas.asp). Acessado em: 10. 2015.

UNESCO. Carta de Quebec. 1984. Disponível em: <http://www.revistamuseu.com.br/legislacao/museologia/quebec.htm>  
Acessado em: 04. 03. 2015.

UNESCO. Declaração da Mesa Redonda do Chile. Disponível em: [http://www.revistamuseu.com.br/legislacao/museologia/mesa\\_chile.htm](http://www.revistamuseu.com.br/legislacao/museologia/mesa_chile.htm)  
Acessado em: 20.03.15

UNESCO. Convenção Para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial. Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf>. Acessado em: 20.03.15

## Fontes

BORGES, Ferreira Raul. **Depoimento.** [Abr. 2015]. Entrevistado: Patrícia Fernandes Mathias Morales, 2015.

ÁVILA, Mendes Bianca. **Depoimento.** [Abr. 2015]. Entrevistada: Patrícia Fernandes Mathias Morales, 2015.

BARBOSA, Teresa. **Depoimento.** [Abr. 2015]. Entrevistada: Patrícia Fernandes Mathias Morales, 2015.

GRIMMLER, Cátia. **Depoimento.** [Abr. 2015]. Entrevistada: Patrícia Fernandes Mathias Morales, 2015.

MACHADO, Letícia. **Depoimento.** [Abr. 2015]. Entrevistada: Patrícia Fernandes Mathias Morales, 2015.

RODRIGUES, Estela. **Depoimento.** [Abr. 2015]. Entrevistada: Patrícia Fernandes Mathias Morales, 2015.

MARCON, Giovana. **Depoimento.** [Mar. 2015]. Entrevistada: Patrícia Fernandes Mathias Morales, 2015.

CASANOVA, Taciana. **Depoimento.** [Mar. 2015]. Entrevistada: Patrícia Fernandes Mathias Morales, 2015.

BARBIER, Daniel. **Depoimento.** [Mai. 2015]. Entrevistado: Patrícia Fernandes Mathias Morales, 2015.

VAZ, Farias Eva. **Depoimento.** [Mai. 2015]. Entrevistada: Patrícia Fernandes Mathias Morales, 2015.



## **Apêndices**

## **Apêndice A –Roteiro de entrevista – Modelo 1**

### **Roteiro de Entrevistas**

**Entrevistado:** Integrantes do Clube Fica Ahí Pra Ir Dizendo

**Tema da entrevista:** Identificar elementos que são representativos no Museu da Baronesa.

**Perguntas:** Para os Sócios do Clube Cultural Fica Ahí Pra Ir Dizendo

**1:** Nome e idade?

**2:** Escolaridade?

**3:** Profissão

**5:** Qual a sua relação com Clube Fica Ahí?

**6:** Você já visitou alguns Museus da Cidade de Pelotas? Quais?

**7:** Quando visitou relate a experiência, o que achou, o que mais lhe marcou?  
Caso nunca tenha visitado porquê?

**8:** Caso Sim, Você como Afrodescendente, se vê representado nos Museus?  
Porque sim, porque não

**9:** Como você avalia a forma como a história do negro é passada pelos museus?

**10:** É suficiente o que este exposto?

Caso sim, porque?

**11:** Caso não, porque? E quais sugestões teria a fazer para que a história e presença negra seja representada de uma maneira digna?

**12:** Que ações e políticas precisariam ser feitas para isso?

**13:** Que tipo de imagens e objetos sobre a presença negra que você gostaria de ver exposto nos museus?

### **Sobre o Clube Fica Ahí**

**14:** Você vem participando das atividades do Clube? Quais?

**15:** Caso não, quando e porque deixou de participar?

**16:** Acompanhou a instalação do ponto de cultura da Universidade Católica no clube? Caso sim, o que achou das atividades feitas?

**17:** Você tem conhecimento do acervo de documentos que o clube possui

**18:** Você tem conhecimento do centro de cultura afro-brasileira que está sendo criado dentro do clube? Tem participando desta construção? Por que sim, por que não?

**19:** O que você acha desta proposta do clube ter um centro de cultura direcionado para a presença negra?

**20:** Que sugestões você teria de atividades para o clube e para o centro de cultura que está sendo criado?

**21:** Você participa das atividades que o Clube vem proporcionando para os seus associados, o que acha delas?

**22:** Caso não seja mais sócio ativo do clube: por que deixou de ser e considera a possibilidade de voltar a fazer parte do quadro de sócios?

**23:** Caso seja sócio: Você está satisfeito com as atividades sociais e culturais que o clube vem proporcionando? Que sugestões teria para melhorar?

## **Apêndice B –Roteiro de entrevista – Modelo 2**

### **Roteiro de Entrevistas**

**Entrevistado:** Responsáveis técnicos dos Museus

**Tema da entrevista:** Identificar se as instituições vêm trabalhando a Lei 10.639, e buscar elementos que são representativos para a presença negra.

**Perguntas:** Para os responsáveis técnicos das Instituições museais.

**1:** Qual o museu?

**2:** Nome do Agente do Museu?

**3:** Que tipo de público o museu atende?

**4:** Qual é a tipologia do museu?

**5:** Como foi o processo elaboração dos módulos expositivos do museu? Desde quando a expografia está montada

**6:** Que tipo de público o museu atende?

**7:** Descreva o que o museu possui no seu acervo, incluindo a reserva técnica sobre presença do negro na cidade e região?

**8:** Qual é a origem dessa reserva técnica foi doação de quem o museu tem alguma proposta de como tratar a presença negra na cidade? Já houve alguma discussão interna sobre este assunto?

**9:** O senhor (a) acha que o que o museu expõe atualmente é suficiente para passar uma visão adequada e completa sobre a presença negra na cidade?

**10:** Caso não o que falta para que isso aconteça?

**11:** Além da exposição permanente o museu desenvolve exposições temáticas ou ações educativas que contemplem o tema da escravidão e da presença negra? Quais e em que período do ano?

**12:** Você tem conhecimento da Lei 10.639? O museu tem realizado alguma ação para efetiva-la, qual?

**13:** O museu tem algum diálogo permanente com alguma entidade representativa do movimento negro da cidade, para discutir este tema?